

Sumário

1. DE	EMONSTRATIVOS CONSOLIDADOS	72
1.1	Balanço Orçamentário	72
1.2	Balanço Patrimonial	74
1.3	Demonstração das Variações Patrimoniais	75
1.4	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	77
1.5	Balanço Financeiro	78
1.6	Demonstração dos Fluxos de Caixa	79
2. NO	OTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	80
2.1	Introdução	80
2.2	CISÕES, FUSÕES, INCORPORAÇÕES, TRANSFORMAÇÕES, LIQUIDAÇÕES	81
2.3	RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	81
2.4	Base de Preparação	83
2.5	Balanço Orçamentário	86
2.6	Balanço Patrimonial	90
2.7	Demonstração das Variações Patrimoniais	114
2.8	Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido	118
2.9	Balanço Financeiro	119
2.10	Demonstração do Fluxo de Caixa	123
3. AÇ	ÕES DE MELHORIA NOS PROCESSOS E SISTEMA	126
3.1	Matriz de Saldos Contábeis - MSC	126
3.2	Projeto Conta Corrente Contábil	126
4. DI	SPOSIÇÕES FINAIS	126

1. Demonstrativos Consolidados

1.1 Balanço Orçamentário

CONSOLIDADO GERAL Balanço Orçamentário do Exercício 2019

					em Rֆ
Receitas Orçamentárias	Notas	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo d = (c - b)
Receitas Correntes (I)	6	56.019.772.264,00	57.089.842.434,00	58.699.481.857,78	1.609.639.423,78
Receita Tributária		31.700.093.086,00	31.700.093.086,00	33.809.275.098,71	2.109.182.012,71
Receita de Contribuições		4.139.829.118,00	4.990.817.118,00	4.981.611.550,44	(9.205.567,56)
Receita Patrimonial		1.074.937.795,00	1.074.937.795,00	1.214.016.095,06	139.078.300,06
Receita Agropecuária		-	-	-	-
Receita Industrial		-	-	-	-
Receita de Serviços		221.628.535,00	221.628.535,00	251.629.577,53	30.001.042,53
Transferências Correntes		16.043.279.574,00	16.262.361.744,00	16.349.804.325,03	87.442.581,03
Outras Receitas Correntes		2.840.004.156,00	2.840.004.156,00	2.093.145.211,01	(746.858.944,99)
Receitas de Capital (II)	6	4.481.330.185,00	4.481.330.185,00	4.017.500.342,56	(463.829.842,44)
Operações de Crédito		567.214.473,00	567.214.473,00	291.119.102,92	(276.095.370,08)
Alienação de Bens		1.373.540.082,00	1.373.540.082,00	30.282.356,19	(1.343.257.725,81)
Amortizações de Empréstimos		26.600.000,00	26.600.000,00	22.998.566,48	(3.601.433,52)
Transferências de Capital		1.429.555.985,00	1.429.555.985,00	598.956.210,62	(830.599.774,38)
Outras Receitas de Capital		1.084.419.645,00	1.084.419.645,00	3.074.144.106,35	1.989.724.461,35
Subtotal das Receitas (III) = (I + II)	2	60.501.102.449,00	61.571.172.619,00	62.716.982.200,34	1.145.809.581,34
Operações de Crédito/Refinanciamento (IV)		-	-	-	-
Operações de Crédito Internas		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
Operações de Crédito Externas		-	-	-	-
Mobiliária		-	-	-	-
Contratual		-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento (V) = (III + IV)		60.501.102.449,00	61.571.172.619,00	62.716.982.200,34	1.145.809.581,34
Deficit (VI)		62.347.607,00	1.923.662.418,07	-	
Total (VII) = (V + VI)	1	60.563.450.056,00	63.494.835.037,07	62.716.982.200,34	1.145.809.581,34
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		62.347.607,00	1.923.662.418,34	1.861.314.811,34	(62.347.607,00)
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores		62.347.607,00	62.347.607,00	-	(62.347.607,00)
Superavit Financeiro	3	-	1.861.314.811,34	1.861.314.811,34	-
Reabertura de Créditos Adicionais		-	-	-	-

CONSOLIDADO GERAL Balanço Orçamentário do Exercício 2019

							em R\$
Despesas Orçamentárias	Notas	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f - g)
Despesas Correntes (VIII)	6	51.977.608.810,00	54.678.087.535,83	53.590.486.369,04	51.324.228.814,23	51.153.908.706,15	1.087.601.166,79
Pessoal e Encargos Sociais		24.588.056.583,00	25.292.584.374,52	25.081.612.223,69	24.683.306.705,32	24.676.408.273,52	210.972.150,83
Juros e Encargos da Dívida		1.186.111.509,00	1.152.284.919,95	1.136.748.588,29	1.136.194.620,04	1.136.194.620,04	15.536.331,66
Outras Despesas Correntes		26.203.440.718,00	28.233.218.241,36	27.372.125.557,06	25.504.727.488,87	25.341.305.812,59	861.092.684,30
Despesas de Capital (IX)	6	8.585.840.246,00	8.816.746.501,24	5.798.937.904,73	4.539.405.527,44	4.457.458.212,80	3.017.808.596,51
Investimentos		5.954.389.701,00	6.189.768.347,26	3.559.709.136,23	2.300.203.128,03	2.218.255.813,39	2.630.059.211,03
Inversões Financeiras		124.463.112,00	161.098.235,20	33.491.126,00	33.491.126,00	33.491.126,00	127.607.109,20
Amortização da Dívida		2.506.987.433,00	2.465.879.918,78	2.205.737.642,50	2.205.711.273,41	2.205.711.273,41	260.142.276,28
Reserva de Contingência (X)		1.000,00	1.000,00	-	-	-	1.000,00
Subtotal das Despesas (XI) = (VIII + IX + X)		60.563.450.056,00	63.494.835.037,07	59.389.424.273,77	55.863.634.341,67	55.611.366.918,95	4.105.410.763,30
Amortização da Dívida / Refinanciamento (XII)			-	-	-	-	
Amortização da Dívida Interna		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa		-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária		-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas		-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento (XIII) = (XI + XII)		60.563.450.056,00	63.494.835.037,07	59.389.424.273,77	55.863.634.341,67	55.611.366.918,95	4.105.410.763,30
Superavit (XIV)	4	-	-	3.327.557.926,57			
Total (XV) = (XIII + XIV)		60.563.450.056,00	63.494.835.037,07	62.716.982.200,34	55.863.634.341,67	55.611.366.918,95	4.105.410.763,30
Reserva do RPPS		-	-	-	-	-	-

Quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados

em R\$

							em Ka
		Ins	critos				
Restos a Pagar Não Processados	Notas	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)	Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a+b-d-e)
Despesas Correntes		3.518.477,21	1.838.095.472,02	1.400.419.097,45	1.400.194.157,87	391.221.263,59	50.198.527,77
Pessoal e Encargos Sociais		-	142.209.386,73	69.353.905,71	69.353.905,71	72.855.481,02	-
Juros e Encargos da Dívida		-	17.118,57	-	-	17.118,57	-
Outras Despesas Correntes		3.518.477,21	1.695.868.966,72	1.331.065.191,74	1.330.840.252,16	318.348.664,00	50.198.527,77
Despesas de Capital		6.196.085,94	486.110.541,34	352.753.851,91	349.497.765,01	137.995.990,24	4.812.872,03
Investimentos		6.196.085,94	486.099.978,06	352.753.851,91	349.497.765,01	137.985.426,96	4.812.872,03
Inversões Financeiras		-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida		-	10.563,28	-	-	10.563,28	-
Total	7	9.714.563,15	2.324.206.013,36	1.753.172.949,36	1.749.691.922,88	529.217.253,83	55.011.399,80

Quadro da Execução de Restos a Pagar Processados

						em R\$	
		Ins	critos			Saldo (e) = (a+b-c-d)	
Restos a Pagar Processados	Notas	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)		
Despesas Correntes		24.463.787,12	394.119.561,18	414.639.627,98	390.985,22	3.552.735,10	
Pessoal e Encargos Sociais		41.566,97	6.765.665,82	6.756.041,48	-	51.191,31	
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	
Outras Despesas Correntes		24.422.220,15	387.353.895,36	407.883.586,50	390.985,22	3.501.543,79	
Despesas de Capital		878.293,51	60.576.681,46	56.497.819,02	151.492,51	4.805.663,44	
Investimentos		835.894,01	60.576.681,46	56.455.419,52	151.492,51	4.805.663,44	
Inversões Financeiras		42.399,50	-	42.399,50	-	-	
Amortização da Dívida		-	-	-	-	-	
Total		25.342.080,63	454.696.242,64	471.137.447,00	542.477,73	8.358.398,54	

1.2 Balanço Patrimonial

CONSOLIDADO GERAL Balanço Patrimonial do Exercício 2019

Baianço Patrimoniai do Exercicio 2019 em R\$										
	ATIVO			PASSIVO						
Especificação	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior			
Ativo Circulante		26.143.960.136,76	18.852.900.372,66	Passivo Circulante		10.056.348.330,66	8.889.857.193,88			
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	13.228.220.413,60	8.060.575.421,07	Obrig. Trab., Prev. Assist. Pagar a Curto Prazo	12	1.316.780.700,96	1.675.575.634,56			
Créditos a Curto Prazo	2	12.448.120.182,35	10.548.077.555,38	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	13	2.263.265.892,52	2.205.145.044,78			
Investim e Aplic. Temporárias a Curto Prazo	3	97.046.800,95	35.855.268,58	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	14	2.062.216.369,02	1.352.401.197,38			
Estoques	4	369.769.778,73	207.651.083,05	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	15	1.147.460,08	5.475.714,74			
VPD Pagas Antecipadamente	5	802.961,13	741.044,58	Provisões a Curto Prazo	16	-	121.477.159,17			
				Demais Obrigações a Curto Prazo	17	4.412.937.908,08	3.529.782.443,25			
Ativo Não Circulante		87.095.189.200,27	82.471.753.627,08	Passivo Não Circulante		213.443.766.696,67	214.714.857.852,37			
Realizável a Longo Prazo		57.388.085.991,95	52.501.887.479,85	Obrig. Trab., Prev. Assist. Pagar a Longo Prazo	12	14.635.837.970,45	14.381.292.760,03			
Créditos a Longo Prazo	6	57.100.707.212,50	52.150.911.412,71	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	13	24.979.077.218,75	26.371.084.799,06			
Investimentos Temp. a Longo Prazo	7	79.578,66	63.236,76	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	14	2.214.431.420,61	3.693.069.681,29			
Estoques	8	287.299.200,79	350.912.830,38	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	15	62.343.497,56	125.437.918,81			
VPD Pagas Antecipadamente		-	-	Provisões a Longo Prazo	16	163.306.434.036,75	163.035.456.043,41			
Investimentos	9	8.305.655.558,90	8.984.799.848,82	Demais Obrigações a Longo Prazo	17	8.245.642.552,55	7.108.516.649,77			
Imobilizado	10	21.375.876.365,26	20.953.799.141,36							
Intangível	11	25.571.284,16	31.267.157,05							
				Total do Passivo		223.500.115.027,33	223.604.715.046,25			
				Passivo a Descoberto	18	(110.260.965.690,30)	(122.280.061.046,51)			
				Patrimônio Social e Capital Social		898.694.716,14	756.901.559,14			
				Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		591.100.686,93	732.893.843,93			
				Reservas de Capital		-	-			
				Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-			
				Reservas de Lucros		-				
				Demais Reservas		141.161.383,13	141.160.783,35			
				Resultados Acumulados	19	(111.891.922.476,50)	(123.911.017.232,93)			
				(-) Ações / Cotas em Tesouraria		-	-			
Total		113.239.149.337,03	101.324.653.999,74	Total		113.239.149.337,03	101.324.653.999,74			

Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (Lei nº 4.320/1964)

em R\$

Ativo (I)	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior	Passivo (II)	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Financeiro		17.669.719.702,19	12.041.136.394,58	Passivo Financeiro		8.678.411.111,90	6.913.934.138,72
Ativo Permanente		95.569.429.634,84	89.283.517.605,16	Passivo Permanente		218.374.676.497,56	219.005.423.399,95
	20			Saldo Patrimonial (I - II)	20	(113.813.938.272,43)	(124.594.703.538,93)

Quadro das Contas de Compensação (Lei nº 4.320/1964)

em R\$

Atos Potenciais Ativos	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior	Atos Potenciais Passivos	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior
Garantias e Contragarantias Recebidas		3.538.396.476,36	2.710.783.135,80	Garantias e Contragarantias Concedidas		79.931.247,75	32.469.882.429,28
Direitos Conven. Outros Instr. Congêneres		-	-	Obrigações Conven. Outros Instr. Congêneres		-	-
Direitos Contratuais		-	-	Obrigações Contratuais		31.897.195.506,25	27.884.933.488,28
Outros Atos Potenciais Ativos		21.420.388.376,89	19.793.883.872,49	Outros Atos Potenciais Passivos		1.128.296.933,29	1.149.330.200,00
Total	21	24.958.784.853,25	22.504.667.008,29	Total	21	33.105.423.687,29	61.504.146.117,56

Quadro do Superávit / Deficit Financeiro (Lei nº 4.320/1964)

			em R\$
Fontes de Recursos	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ordinária		3.020.169.703,49	859.178.367,31
Vinculada		5.971.138.886,80	4.268.023.888,55
Operações de Crédito		299.243.678,50	48.165.379,28
Transferências Federais		527.349.572,60	827.712.035,38
Transferências Estaduais		176.500.850,82	182.631.425,93
Fundo Constitucional de Educação		143.522.979,32	195.314.302,55
Outras Fontes		335.189.929,96	326.948.657,10
Receita Condicionada		-	-
Tesouro Municipal - Recurso Vinculado		4.284.438.688,74	2.518.192.430,33
Alienação de Bens Ativos		20.802.440,84	339.508,77
Depósitos Judiciais		160.243.118,32	168.720.149,21
Recursos Extraorçamentários		23.847.627,70	-
Total	22	8.991.308.590,29	5.127.202.255,86

1.3 Demonstração das Variações Patrimoniais

CONSOLIDADO GERAL Demonstrações das Variações Patrimoniais do Exercício 2019

VARIAÇÕES PATRIMONIAI	S QUANTITATIVAS		em R\$
	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Patrimoniais Aumentativas		92.607.627.142,35	94.534.418.372,85
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		36.502.587.420,47	28.346.899.370,54
Impostos	1	35.799.987.455,46	27.970.652.541,23
Taxas	2	702.599.965,01	376.246.829,31
Contribuições de Melhoria		-	
Contribuições		5.036.076.281,13	3.947.416.822,71
Contribuições Sociais	3	4.399.215.124,70	3.445.746.078,76
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		636.861.156,43	501.670.743,95
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		796.365.034,72	554.834.559,39
Venda de Mercadorias		66.120.455,59	65.420.576,92
Venda de Produtos		-	-
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços		730.244.579,13	489.413.982,47
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		13.040.316.609,71	14.764.903.462,53
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora	4	12.023.540.519,59	10.631.708.106,55
Variações Monetárias e Cambiais		8.172,37	3.455.781.412,88
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		796.209.086,74	506.103.109,18
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - Financeiras		220.558.831,01	171.310.833,92
Transferências e Delegações Recebidas		29.760.586.356,32	28.106.597.357,88
Transferências Intragovernamentais	5	10.598.735.953,95	10.184.904.028,09
Transferências Intergovernamentais	6	19.098.643.588,27	17.836.068.400,44
Transferências das Instituições Privadas		5.971.927,94	38.812.679,31
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	1.700,00
Transferências do Exterior		20.100,00	-
Execução Orçamentária Delegada		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		19.808.894,90	14.999.230,42
Outras Transferências e Delegações Recebidas		37.405.891,26	31.811.319,62
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos		1.888.877.232,15	4.426.302.899,82
Reavaliação de Ativos		-	-
Ganhos com Alienação	7	1.031.677.897,11	-
Ganhos com Incoporação de Ativos	8	218.627.748,44	103.387.052,89
Ganhos com Desincorporação de Passivos	9	638.571.586,60	4.322.915.846,93
Reversão de Redução a Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	10	5.582.818.207,85	14.387.463.899,98
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		136.522.276,52	116.383.707,69
Resultado Positivo de Participações		117.456.908,07	118.312.488,56
Reversão de Provisões e Ajustes e Perdas		408.252.779,97	176.956.302,45
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		4.920.586.243,29	13.975.811.401,28

			em R\$
	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Patrimoniais Diminutivas		83.225.127.601,02	123.330.810.919,71
Pessoal e Encargos		16.697.450.988,32	17.622.361.874,43
Remuneração a Pessoal	11	13.122.655.330,64	14.569.450.103,58
Encargos Patronais		2.665.752.346,65	2.135.044.502,34
Benefícios a Pessoal		892.000.726,41	899.766.750,75
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		17.042.584,62	18.100.517,76
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		9.952.164.586,13	9.072.750.201,63
Aposentadorias e Reformas	12	9.117.467.790,22	8.263.220.934,83
Pensões		827.588.036,06	790.637.375,54
Benefícios de Prestação Continuada		-	-
Benefícios Eventuais		-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda		521.851,87	526.070,75
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	13	6.586.907,98	18.365.820,51
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		14.126.664.806,55	11.443.422.740,87
Uso de Material de Consumo		1.377.157.007,67	1.228.459.815,78
Serviços	14	12.675.137.648,46	10.164.756.601,32
Depreciação, Amortização e Exaustão		74.370.150,42	50.206.323,77
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		3.616.474.343,92	4.668.300.371,02
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		1.148.235.293,91	1.189.284.528,46
Juros e Encargos de Mora	15	354.300,11	1.122.704,20
Variações Monetárias e Cambiais		2.467.741.485,55	3.477.893.138,36
Descontos Financeiros Concedidos		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Financeiras		143.264,35	-
Transferências e Delegações Concedidas		25.631.888.065,99	24.338.031.864,47
Transferências Intragovernamentais	16	10.582.495.021,05	10.183.743.129,45
Transferências Intergovernamentais	17	5.232.885.595,10	5.487.171.804,88
Transferências a Instituições Privadas	18	9.816.376.705,98	8.667.031.589,52
Transferências a Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências a Consórcios Públicos		-	-
Transferências ao Exterior		96.400,86	85.340,62
Execução Orçamentária Delegada		13.012,97	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		21.330,03	-
Desvaloraização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos		10.889.454.992,47	31.079.527.889,05
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas	19	7.174.799.132,50	26.186.219.426,84
Perdas com Alienação		105.069,00	867.299,91
Perdas Involuntárias	20	73.455.842,86	20.887.556,67
Incorporação de Passivos		8.256.696,40	14.407.463,04
Desincorporação de Ativos	21	3.632.838.251,71	4.857.146.142,59
Tributárias		560.790.123,33	507.859.587,52
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		1.718.998,90	1.593.925,08
Contribuições		559.071.124,43	506.265.662,44
Custo das Mercadorias Vendidas, dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados		20.498.258,80	17.134.518,93
Custo das Mercadorias Vendidas		20.498.258,80	17.134.518,93
Custos dos Produtos Vendidos		-	-
Custo dos Serviços Prestados		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	22	1.729.741.435,51	24.581.421.871,79
Premiações		4.473.441,18	10.332.605,77
Resultado Negativo de Participações		308.986.268,12	19.767.187,36
Incentivos		164.206.255,05	168.237.676,92
Subvenções Econômicas		-	
Participações e Contribuições		-	-
VPD de Constituição de Provisões		682.403.679,72	105.183.028,56
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		569.671.791,44	24.277.901.373,18
Resultado Patrimonial do Período		9.382.499.541,33	(28.796.392.546,86)

1.4 Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido

CONSOLIDADO GERAL
Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido do Exercício 2019

om P¢

Especificação	Notas	Patrimônio Social/Capital Social	Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reservas de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações/Cotas Tesouraria	Total
Saldos Iniciais		756.901.559,14	732.893.843,93	-	-	-	141.160.783,35	(123.911.017.232,93)	-	(122.280.061.046,51)
Ajustes de Exercícios Anteriores	3	-	-	-	-	-	-	2.636.595.215,10	-	2.636.595.215,10
Aumento de Capital	2	141.793.157,00	(141.793.157,00)	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	1	-	-	-	-	-	-	9.382.499.541,33	-	9.382.499.541,33
Constituição/Reversão de Reservas		-	-	-	-	-	599,78	-	-	599,78
Saldos Finais		898.694.716,14	591.100.686,93				141.161.383,13	(111.891.922.476,50)		(110.260.965.690,30)

1.5 Balanço Financeiro

CONSOLIDADO GERAL Balanço Financeiro do Exercício 2019

				em R\$								
	RESSOS			DISPÊNDIOS								
Especificação	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Notas	Exercício Atual	Exercício Anterior					
Receita Orçamentária (I)	1A e 1B	62.716.982.200,34	54.338.012.265,24	Despesa Orçamentária (VI)		59.389.424.273,77	54.157.141.735,67					
Oridnária		48.386.194.641,44	43.030.036.212,63	Oridnária		46.098.054.384,25	43.199.665.655,41					
Tesouro Municipal		43.751.451.968,01	39.340.984.934,49	Tesouro Municipal		41.513.142.054,60	39.559.519.504,36					
Recursos Próprios da Administração Indireta		4.590.599.116,57	3.632.217.740,92	Recursos Próprios da Administração Indireta		4.521.834.274,15	3.599.269.769,14					
Recursos Próprios da Empresa Dependente		44.143.556,86	56.833.537,22	Recursos Próprios da Empresa Dependente		63.078.055,50	40.876.381,91					
Vinculada		14.330.787.558,90	11.307.976.052,61	Vinculada		13.291.369.889,52	10.957.476.080,26					
Operações de Crédito		296.172.949,82	150.250.670,61	Operações de Crédito		62.087.606,45	122.428.308,48					
Transferências Federais		3.140.534.810,00	3.187.709.717,76	Transferências Federais		3.559.923.561,22	2.884.730.030,60					
Transferências Estaduais		647.917.610,89	576.400.753,23	Transferências Estaduais		687.486.589,34	525.317.460,71					
Fundo Constitucional de Educação		4.667.796.189,67	4.084.349.985,52	Fundo Constitucional de Educação		4.720.416.218,80	3.905.521.542,24					
Outras Fontes		44.547.473,66	25.720.518,35	Outras Fontes		75.548.459,65	69.769.786,47					
Receita Condicionada		-	÷	Receita Condicionada		-	÷					
Tesouro Municipal - Recurso Vinculado		4.835.027.672,09	2.684.100.213,62	Tesouro Municipal - Recurso Vinculado		3.331.540.529,93	2.494.046.042,71					
Alienação de Bens Ativos		30.282.356,19	13.594.214,04	Alienação de Bens Ativos		9.819.424,13	15.000.000,00					
Depósitos Judiciais		668.508.496,58	585.849.979,48	Depósitos Judiciais		844.547.500,00	940.662.909,05					
Transferências Financeiras Recebidas (II)		10.564.878.778,66	10.174.918.934,00	Transferências Financeiras Concedidas (VII)		10.564.878.778,66	10.174.918.934,00					
Para Execução Orçamentária		5.087.445.107,09	4.670.237.261,22	Para Execução Orçamentária		5.087.445.107,09	4.670.237.261,22					
Independentes de Execução Orçamentária		11.270.924,88	7.160.839,02	Independentes de Execução Orçamentária		11.270.924,88	7.160.839,02					
Para Aportes de Recursos para o RPPS		5.466.162.746,69	5.497.520.833,76	Para Aportes de Recursos para o RPPS		5.466.162.746,69	5.497.520.833,76					
Para Aportes de Recursos Para o RGPS		-	-	Para Aportes de Recursos Para o RGPS		-	-					
Recebimentos Extraorçamentários (III)		31.440.609.656,15	40.692.331.561,12	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		29.180.111.959,71	38.835.358.642,99					
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		3.525.789.932,10	2.324.206.013,36	Pagamentos Restos a Pagar Não Processados		1.705.479.484,46	1.405.247.351,92					
Inscrição de Restos a Pagar Processados		248.009.212,70	430.104.650,84	Pagamentos de Restos a Pagar Processados		445.652.279,97	316.578.811,12					
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		5.339.524.319,92	4.986.303.663,31	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		7.144.687.144,69	6.664.679.874,16					
Outros Recebimentos Extraorçamentários		22.327.286.191,43	32.951.717.233,61	Outros Pagamentos Extraorçamentários		19.884.293.050,59	30.448.852.605,79					
Saldo do Exercício Anterior (IV)		11.813.423.111,63	9.775.579.663,93	Saldo para o Exercício Seguinte (IX)		17.401.478.734,64	11.813.423.111,63					
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	8.060.575.421,07	6.944.470.411,67	Caixa e Equivalentes de Caixa	5	13.228.220.413,60	8.060.575.421,07					
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		3.716.992.421,98	2.785.200.380,73	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		4.076.211.520,09	3.716.992.421,98					
Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS		35.855.268,58	45.908.871,53	Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS		97.046.800,95	35.855.268,58					
Total (V) = (I+II+III+IV)		116.535.893.746,78	114.980.842.424,29	Total (X) = (VI+VII+VIII+IX)		116.535.893.746,78	114.980.842.424,29					

1.6 Demonstração dos Fluxos de Caixa

CONSOLIDADO GERAL Demonstração dos Fluxos de Caixa do Exercício 2019

	Notas	Exercício Atual	em R\$ Exercício Anterior
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (I)	1	6.013.598.446,80	3.511.520.808,82
Ingressos		95.908.405.541,28	100.981.515.885,66
Receitas Derivadas e Originárias		42.349.677.532,75	37.228.030.553,04
Receita Tributária		33.809.275.098,71	29.722.678.620,43
Receita de Contribuições		4.981.611.550,44	3.947.498.710,49
Receita Patrimonial		1.152.842.944,52	732.523.699,05
Receita Agropecuária		-	-
Receita Industrial		-	
Receita de Serviços		251.629.577,53	257.509.808,11
Remuneração das Disponibilidades		61.173.150,54	40.078.729,41
Outras Receitas Derivadas e Originárias		2.093.145.211,01	2.527.740.985,55
Transferências Correntes Recebidas		26.914.683.103,69	25.351.428.416,84
Intergovernamentais		11.688.580.597,98	11.057.164.333,47
Da União		3.232.494.729,42	3.135.016.095,52
De Estados e Distrito Federal		8.456.085.868,56	7.922.148.237,95
De Municípios		0.430.003.000,30	7.322.140.237,33
Intragovernamentais		10.564.878.778,66	10.174.918.934,00
Outras Transferências Correntes Recebidas		4.661.223.727,05	4.119.345.149,37
			38.402.056.915,78
Outros Ingressos Operacionais		26.644.044.904,84	
Outros Ingressos Operacionais Desembolsos		26.644.044.904,84	38.402.056.915,78
		89.894.807.094,48	97.469.995.076,84
Pessoal e Demais Despesas		51.832.547.871,96	47.651.817.231,83
Legislativa		793.924.656,67	758.745.567,48
Judiciária		215.305.221,44	192.001.570,82
Administração		737.212.708,37	695.248.971,03
Defesa Nacional		41.617,69	230.190,20
Segurança Pública		584.432.870,74	535.187.976,03
Relações Exteriores		126.883,41	130.865,37
Assistência Social		1.272.401.756,15	1.238.956.599,42
Previdência Social		12.797.464.976,46	11.396.946.623,26
Saúde		10.885.932.411,29	9.874.953.203,45
Trabalho		51.305.666,69	56.435.203,83
Educação		12.235.443.684,68	11.240.488.683,79
Cultura		694.524.850,36	567.684.838,71
Direitos da Cidadania		85.817.266,55	74.289.023,79
Urbanismo		4.074.363.197,58	3.672.327.799,21
Habitação		277.266.426,00	293.307.836,05
Saneamento		245.210.040,62	149.332.692,26
Gestão Ambiental		219.400.283,31	204.494.776,60
Agricultura		-	-
Comércio e Serviços		5.562.969,29	3.024.893,32
Comunicações		127.848.758,44	137.512.917,63
Energia		-	-
Transporte		4.764.907.350,20	4.974.541.390,47
Desporto e Lazer		162.464.475,66	151.534.438,40
Encargos Especiais		1.601.589.800,36	1.434.441.170,71
Juros e Encargos da Dívida		1.136.194.620,04	1.176.474.635,74
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna		1.111.152.976,37	1.055.168.335,06
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		17.064.893,26	14.069.115,76
Outros Encargos da Dívida		7.976.750,41	107.237.184,92
Transferências Concedidas			
Intragovernamentais		10.564.878.778,66 10.564.878.778,66	10.174.918.934,00 10.174.918.934,00
•		26.361.185.823,82	
Outros Desembolsos Operacionais			38.466.784.275,27
Outros Desembolsos Operacionais		26.361.185.823,82	38.466.784.275,27
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (II)	2	469.682.505,60	(1.136.055.401,93)
Ingressos		3.127.425.029,02	1.070.846.964,85
Alienação de Bens		30.282.356,19	22.428.176,04
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		22.998.566,48	23.416.568,35
Outros Ingressos de Investimento		3.074.144.106,35	1.025.002.220,46
Desembolsos		2.657.742.523,42	2.206.902.366,78
Aquisição de Ativo Não Circulante		1.762.304.484,64	1.455.742.082,98
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		-	-
Outros Desembolsos de Investimentos		895.438.038,78	751.160.283,80
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (III)	3	(1.315.635.959,87)	(1.259.360.397,49)
Ingressos		890.075.313,54	862.625.264,51
Operações de Crédito		291.119.102,92	148.836.391,74
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes			-
Transferências de Capital Recebidas		598.956.210,62	713.788.872,77
Desembolsos		2.205.711.273,41	2.121.985.662,00
Amortização/Refinanciamento da Dívida		2.205.711.273,41	2.121.985.662,00
Outros Desembolsos de Financiamentos		-	-
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa (I + II + III)	4	5.167.644.992,53	1.116.105.009,40
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial		8.060.575.421,07	6.944.470.411,67
Caixa e Equivalente de Caixa Final		13.228.220.413,60	8.060.575.421,07
Sana S Equivalente de Gaixa i mai		10.220.220.710,00	0.000.070.421,07

2. Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis

2.1 Introdução

A Prefeitura de São Paulo é pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 46.395.000/0001-39, com sede administrativa localizada no Palácio do Anhangabaú, no endereço: Viaduto do Chá, nº 15, Centro, São Paulo - SP.

As atividades operacionais do Município são amparadas pela lei Municipal nº 17.021 de 27 de dezembro de 2018 (Lei Orçamentária Anual – LOA) e pelas leis que autorizaram os créditos adicionais abertos durante o exercício de 2019.

As ações desenvolvidas pelo Município estão agrupadas nas seguintes funções de governo previstas na Portaria Ministerial nº 42, de 14 de abril de 1999: Legislativa, Administração, Defesa Nacional, Segurança Pública, Relações Exteriores, Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Trabalho, Educação, Cultura, Direitos da Cidadania, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Comércio e Serviços, Comunicações, Transporte, Desporto e Lazer e Encargos Especiais.

As Demonstrações Contábeis da Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP) foram elaboradas com base nos dados extraídos do Sistema de Orçamento e Finanças (SOF), incluindo os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial dos seguintes Órgãos:

Administração Direta		Administração Indireta					
Poder Executivo	Qtd.	Poder Executivo	Qtd.				
Secretarias 24		Autarquia Hospitalar Municipal					
Fundos 17		Autoridade Municipal de Limpeza Urbana	1				
Subprefeituras	32	Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo					
Poder Legislativo	Qtd.	Fundo Municipal de Habitação	1				
Câmara Municipal de São Paulo	1	Fundação Paulistana de Educação, Tecnologia e Cultura	1				
Tribunal de Contas do Município de São Paulo	1	Fundação Theatro Municipal de São Paulo	1				
Respectivos Fundos	2	Hospital do Servidor Público Municipal	1				
		Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	1				
		Serviço Funerário do Município de São Paulo					
1	Total de	86 órgãos					

Cabe observar que este Município ainda não adota o procedimento de eliminação das transações recíprocas entre entidades do OFSS nos demonstrativos consolidados, entretanto tem a pauta em alta prioridade. Por ora, os demonstrativos consolidados evidenciam a somatória das transações das entidades, seja com terceiros, seja entre entidades pertencentes à esfera municipal. Além de alterações no Sistema SOF para eliminação das transações recíprocas, existe a necessidade de alinhamento de processos, de forma a possibilitar a correlação dos registros nas entidades envolvidas nas operações intragovernamentais.

As demonstrações deste Relatório Técnico são compostas por Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido e Demonstração dos Fluxos de Caixa. Todas as demonstrações contábeis se referem ao exercício financeiro de 2019, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

As demonstrações contábeis constantes neste Relatório Técnico foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8º edição, aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 877, de 18 de dezembro de 2018, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) relativas aos Princípios de Contabilidade, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Estas notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis.

2.2 Cisões, Fusões, Incorporações, Transformações, Liquidações

No exercício de 2019 não houve quaisquer operações de Cisão, Fusão, Incorporação e Liquidação envolvendo as empresas municipais dependentes e independentes.

2.3 Resumo das Principais Políticas Contábeis

- **a) Disponibilidades**: O Caixa e Equivalentes de Caixa são mensurados ou avaliados pelo valor original e as aplicações financeiras são acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.
- **b) Créditos e Obrigações**: são mensurados ou avaliados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos de atualização monetária, juros, multas e demais encargos previstos em normativos legais. As contas Clientes, Empréstimos e Financiamentos Concedidos e Dívida Ativa apresentam-se com montante líquido, descontado o Ajuste para Perdas.
- **c)** Estoques: Compreendem os valores dos bens adquiridos pelo Município com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades. O método para mensuração e avaliação dos estoques é o custo médio ponderado.

d) Investimentos Permanentes: As participações em empresas sobre as quais o Município tenha influência significativa na administração são mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. As demais participações são mensuradas ou avaliadas de acordo com o custo de aquisição. Os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado. A equivalência patrimonial é baseada nas demonstrações contábeis mais recentes das controladas, sendo essas as da competência 10/2019.

<u>e) Imobilizado</u>: De acordo com o artigo 11 do Decreto 53.484/2012 e alterações, e Decreto nº 56.214/2015, o valor do registro de bens móveis será feito pelo valor de aquisição e na sua falta pelo valor justo, considerando para este último, o desgaste físico, pelo uso ou não; geração de benefícios futuros; limites legais e contratuais sobre o uso ou a exploração do ativo; obsolescência tecnológica. O anexo II da Portaria SF 262/2015 traz ainda uma tabela referencial, em porcentagem, para apuração do valor justo conforme o estado de conservação do bem.

f) Intangível: O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. É mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada.

g) Depreciação, Amortização e Exaustão: A Administração Pública Direta, Poder Executivo, começou a efetuar os procedimentos de depreciação para bens móveis, a partir do exercício contábil de 2015, mais precisamente no mês de dezembro, momento em que a mudança de critério contábil ficou estabelecida, com a publicação da Portaria SF 262/2015.

A base de cálculo para a depreciação é o custo do ativo imobilizado menos o seu valor residual, quando existir, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens móveis é o das quotas constantes. A depreciação tem início a partir do 1º dia do mês subsequente à data do registro do bem no Sistema de Bens Patrimoniais Móveis - SBPM.

h) Desvinculação das Receitas Municipais (DRM): Durante o exercício financeiro de 2019, o Município de São Paulo aplicou os dispositivos da Emenda Constitucional nº 93, de 8 de setembro de 2016 e Decreto Municipal nº 57.380 de 13 de outubro de 2016. A Secretaria Municipal da Fazenda editou as Portarias SF nº 217, de 06 de agosto de 2019 e nº 25 de 20 de janeiro de 2020, com as receitas que foram desvinculadas e totalizaram R\$ 543,2 milhões.

2.4 Base de Preparação

A Prefeitura do Município de São Paulo vem implementando ações para convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público fundamentadas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público e também nos prazos de obrigatoriedade para registros contábeis apresentados no Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PCP, anexo à Portaria STN nº 548/2015. Visando implantação dos PCP, foram realizados Grupos de Trabalho (GT), para estudos e discussões, com o intuito de atender a referida Portaria e melhorar os procedimentos internos e/ou sistemas, contribuindo para a transparência das informações e eficiência desta Municipalidade.

As ações realizadas para melhoria de procedimentos internos estão apresentadas no item 3 - Ações de Melhoria nos Processos e Sistema. A seguir apresentação do Cronograma dos Procedimentos Contábeis desta Prefeitura e respectivos detalhes das ações que se encontram em implementação e em estudo, conforme quadro abaixo:

PCP - Portaria STN 548/2015- Ordem cronológica para municípios com mais de 50 mil habitantes	Preparação de sistemas e outras providências de implantação (até)	Obrigatoriedade dos registros contábeis (a partir de)	Estágio Atual de Implantação - PMSP
 Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas. 	Imediato	Imediato	Implementado
12.Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.	Imediato	Imediato	Implementado
13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.	31/12/2015	01/01/2016	Em implementação
3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.	31/12/2017	01/01/2018	Em implementação
11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex: 13º salário, férias, etc.)	31/12/2017	01/01/2018	Em implementação
5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.	31/12/2019	01/01/2020	Não iniciado
Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.	31/12/2019	01/01/2020	Não iniciado
7.Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura).	31/12/2019	01/01/2020	Em implementação
10.Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	31/12/2019	01/01/2020	Implementado
17.Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respetivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável.	31/12/2019	01/01/2020	Não iniciado
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.	31/12/2020	01/01/2021	Em implementação
2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas.	31/12/2020	01/01/2021	Não iniciado
15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.	31/12/2020	01/01/2021	Em implementação
18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques.	31/12/2021	01/01/2022	Não iniciado
8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.	31/12/2022	01/01/2023	Não iniciado
Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).	31/12/2022	01/01/2023	Não iniciado

Item 1- Créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições

Para a adoção do regime de competência no reconhecimento do Crédito Tributário, a Secretaria Municipal da Fazenda, por meio da Subsecretaria da Receita – SUREM, continua desenvolvendo o projeto BDM (Base de Dados dos Débitos Municipais), que contempla renovação dos sistemas de arrecadação tributária com início e implementação pelo IPTU,

especificamente no que se refere à arrecadação, débito automático, parcelamentos administrativos, inscrição em dívida e controle e gerenciamento das suspensões de exigibilidade, dentre outras funções, bem como a contabilização dos eventos patrimoniais.

No entanto, em razão do projeto do Novo IPTU ter sofrido atrasos, devido à alta complexidade de regras e integrações envolvidas, a construção do fluxo de informações que permitiria o registro contábil por competência permaneceu fora do escopo do grupo de trabalho, o que prejudicará o atendimento ao disposto na Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015, uma vez que não há previsão para a contabilização dos eventos patrimoniais por competência.

Adicionalmente, iniciaram-se estudos para a construção do fluxo de informações para o registro contábil por competência relativos aos eventos que contemplam o Imposto Sobre Serviços (ISS), sem previsão de conclusão, em virtude da alta complexidade das regras do referido imposto.

Item 3 – Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.

Como medida de atendimento ao PCP nº 3, da Portaria STN nº 548/2015, afirmamos que este DECON vem, desde 2017, mapeando as receitas inerentes aos créditos não tributários bem como a origem das respectivas informações se encontra difusa por toda PMSP, salientando que muitos créditos não possuem sistema de controle, sendo reconhecidos apenas quando da sua arrecadação, dificultando meios de contabilizar o crédito, seu movimento e principalmente a sua baixa de forma automatizada.

Neste sentido e considerando que as multas de trânsito do Município de São Paulo são os créditos não tributários de maior volume e relevância, decidimos por iniciar os trabalhos para contabilização deste crédito e expandir tal experiência aos demais créditos, com expectativa de futura implementação para as multas aplicadas pelas subprefeituras.

Em 2018, foi contabilizado o montante de R\$ 6,2 bilhões referente a multas de trânsito, sendo lançados contra a conta de Ajuste de Exercícios Anteriores, por impossibilidade de obter-se o detalhamento necessário, em tempo hábil, dos valores relativos a 2018 e aos exercícios anteriores. No exercício de 2019 tal valor foi atualizado por diferença, em 30/12/2019, atingindo aproximadamente R\$ 7,4 bilhões, pois os trabalhos desenvolvidos para se obter o detalhamento necessário, de forma tempestiva, não foram concluídos.

Item 7- Reconhecimento, Mensuração, Evidenciação Bens Móveis e Imóveis

Os Bens Imóveis, mais especificamente os bens de uso especial e os bens dominicais da administração direta, Poder Executivo, são gerenciados pela Coordenadoria de Gestão do Patrimônio (CGPATRI) – unidade transferida da Secretaria Municipal de Gestão (SMG) para Secretaria Executiva de Licenciamento (SEL) pelo Decreto nº 58.596/2019 e Lei nº 17.068/2019.

Está em fase de desenvolvimento o Sistema de Bens Patrimoniais Imóveis – SBPI, com base no já existente Sistema de Bens Patrimoniais Móveis – SBPM. A primeira etapa, que implica na elaboração da tela cadastro dos imóveis, foi concluída no exercício de 2018. Atualmente, o sistema encontra-se em desenvolvimento para a segunda etapa do projeto que trata da geração de lançamentos contábeis decorrentes do reconhecimento dos imóveis de uso especial e dominicais da Prefeitura do Município de São Paulo. A Secretaria Municipal da Fazenda está alinhando com a Coordenadoria de Gestão do Patrimônio o fluxo de informação que irá desencadear o reconhecimento inicial dos bens imóveis relativos à PMSP – Poder Executivo, no novo sistema.

Item 11 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias etc.)

A Prefeitura, TCM e CMSP reconhecem as obrigações decorrentes de benefícios a empregados por competência. As demais entidades, porém, ainda não adotaram tal procedimento.

Item 13 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência

Foi desenvolvido no sistema SOF funcionalidade para registro das despesas cujo fato gerador tenha ocorrido, independente da execução orçamentária. A sua operacionalização iniciou no segundo semestre de 2019 com os registros, pelas unidades orçamentárias, dos passivos com despesas de exercícios anteriores, que por falta de cobertura orçamentária ou cancelamento de empenhos não se encontravam registrados no sistema SOF. Estes registros refletiram na contabilidade da PMSP neste exercício.

Item 15 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável

O Sistema de Bens Patrimoniais Móveis – SBPM já está preparado para o registro dos bens intangíveis. Está em desenvolvimento uma rotina que permitirá a integração com o sistema SOF, objetivando a geração dos lançamentos contábeis decorrentes dos registros de reconhecimento de softwares, cuja conclusão está prevista para o segundo semestre de 2020.

2.5 Balanço Orçamentário

Nota 1 - Lei Orçamentária Anual - LOA

Em conformidade com a Lei Federal nº 4.320/1964 e a Lei Complementar nº 101/2000 e alterações que estabelecem normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, o orçamento consolidado da Prefeitura do Município de São Paulo, para o exercício de 2019 foi instituído por meio da Lei Municipal nº 17.021/2018, que estimou a receita e fixou a despesa em R\$ 60,56 bilhões. O referido Orçamento compreende o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social Consolidado referentes aos Poderes Executivo e Legislativo, seus Fundos Especiais, Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta.

Nota 2 - Reestimativa da Receita

No exercício de 2019 ocorreram reestimativas de receitas correntes no montante de R\$ 1,07 bilhão, resultando em uma Previsão Atualizada da Receita Consolidada de R\$ 61,6 bilhões conforme demonstrado a seguir:

Previ Inicial			eestimativas de Receita *		Previsão Atualizada	
Receitas Correntes	R\$ 56.019.772.264		R\$	1.070.070.170	R\$	57.089.842.434
Receitas de Capital	R\$ 4.481.330.185	+		-	R\$	4.481.330.185
Total	R\$ 60.501.102.449		R\$	1.070.070.170	R\$	61.571.172.619

^{*} Reestimativas de receitas no valor de R\$ 850.988.000,00 no IPREM e de R\$ 219.082.170,00 na PMSP.

As reestimativas de receitas ocorreram nas seguintes empresas:

- **IPREM**: a reestimativa no montante de R\$ 850,99 milhões ocorreu em razão da publicação da Lei nº 17.020, de 27 de dezembro de 2018, que alterou as alíquotas da contribuição social dos servidores públicos titulares de cargos efetivos para a manutenção do regime próprio de previdência social do Município de São Paulo, incluídas suas autarquias e fundações, a alíquota incidente sobre o valor da parcela dos proventos de aposentadorias e pensões que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social e a contribuição do Município de São Paulo, inclusive de suas autarquias e de suas fundações, para o custeio do regime próprio do Município;
- **PMSP**: a reestimativa de R\$ 219,08 milhões refere-se ao crescimento acima da expectativa das transferências de receitas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação FUNDEB.

Nota 3 - Utilização do Superavit Financeiro

No exercício de 2019, observa-se a abertura de créditos adicionais por Superavit Financeiro no montante de R\$ 1,86 bilhão, que representou um acréscimo de 3,1% nas dotações iniciais previstas na LOA. Segregando estes tipos de créditos por empresa, observa-se que a administração direta totalizou R\$ 1,67 bilhão e a indireta R\$ 0,19 bilhão, conforme demonstrado a seguir:

Despesa	Administração Direta			Administração Indireta		Consol		Consolidado
Dotação Inicial	R\$	46.326.241.841		R\$	14.237.208.215		R\$	60.563.450.056
(-) Redução Orçamentária	-R\$	7.354.078.850		-R\$	1.024.340.371		-R\$	8.378.419.221
(+) Suplementação Orçamentária	R\$	7.875.942.440	+	R\$	502.476.781		R\$	8.378.419.221
(+) Abertura de Créditos Adicionais por Superavit Financeiro	R\$	1.670.931.395		R\$	190.383.416		R\$	1.861.314.811
(+) Abertura de Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação	R\$	219.082.170		R\$	850.988.000		R\$	1.070.070.170
Dotação Atualizada	R\$	48.738.118.996		R\$	14.756.716.041		R\$	63.494.835.037
Empresa Administração Direta					Adicionais po Financ R\$ 1.0	eir	o	.395
Prefeitura do Município de São Paulo					•			6.395
					R\$			5.000
Fundo Especial de Despesas do TCMSP					•			
Administração Indireta					R\$	190).383	3.416
Autoridade Municipal de Limpeza Urbana					R\$	128	3.954	1.327
Autarquia Hospitalar Municipal		R\$	43	3.826	6.949			
Companhia Metropolitana de Habitação de		R\$	17	7.440	0.000			
Fundação Theatro Municipal de São Paulo		R\$		162	2.140			
Total					R\$ 1.8	861	1.314	I.811 -

Nota 4 - Superavit Orçamentário

Na execução orçamentária consolidada de 2019, as receitas arrecadadas alcançaram o montante de R\$ 62,7 bilhões e as despesas empenhadas totalizaram R\$ 59,4 bilhões. O confronto das receitas realizadas com as despesas empenhadas resultou em um superavit orçamentário de R\$ 3,3 bilhões.

Analisando detalhadamente o resultado orçamentário apurado, verifica-se que a Administração Direta apresentou resultado superavitário de R\$ 12,9 bilhões, enquanto a Administração Indireta apresentou um resultado deficitário de R\$ 9,6 bilhões, conforme demonstrado a seguir:

			em R\$		
Execução Orçamentária	Administração Direta	Administração Indireta	Consolidado 2018		
Receitas Realizadas	57.745.144.838,83	4.971.837.361,51	62.716.982.200,34		
Receitas Correntes	53.756.077.851,87	4.943.404.005,91	58.699.481.857,78		
Receitas de Capital	3.989.066.986,96	36,96 28.433.355,60 4.017.			
Despesas Empenhadas	44.866.315.264,96	14.523.109.008,81	59.389.424.273,77		
Despesas Correntes	39.132.734.606,68	14.457.751.762,36	53.590.486.369,04		
Despesas de Capital	5.733.580.658,28	65.357.246,45	5.798.937.904,73		
(=) Superavit / Deficit Orçamentário	12.878.829.573,87	(9.551.271.647,30)	3.327.557.926,57		
Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF			em R\$		
Administração Indireta	Receitas Arrecadadas	Despesas Empenhadas	Resultado Orçamentário		

Administração Indireta	Receitas Arrecadadas	Despesas Empenhadas	Resultado Orçamentário
Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	4.518.021.544,93	9.938.176.878,02	(5.420.155.333,09)
Autoridade Mun. de Limp. Urbana	216.646.817,26	2.271.628.467,77	(2.054.981.650,51)
Autarquia Hospitalar Municipal	3.410.001,81	1.565.850.394,41	(1.562.440.392,60)
Hospital do Servidor Público Municipal	12.677.155,44	317.018.449,70	(304.341.294,26)
Fundação Theatro Municipal de São Paulo	16.279,40	122.147.048,07	(122.130.768,67)
Companhia Metropolitana de Habitação de SP	44.246.366,86	126.744.849,54	(82.498.482,68)
Fundo Municipal de Habitação	19.552.770,03	22.196.048,64	(2.643.278,61)
Fundação Paulistana de Educação e Tecnologia	191.678,05	21.437.374,48	(21.245.696,43)
Serviço Funerário do Município de São Paulo	157.074.747,73	137.909.498,18	19.165.249,55
(=) Superavit / Deficit Orçamentário	4.971.837.361,51	14.523.109.008,81	(9.551.271.647,30)

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Nota 5 - Detalhamento das Despesas Executadas por Tipos de Crédito

Na execução da despesa orçamentária do exercício de 2019, observa-se um acréscimo de R\$ 2,93 bilhões na comparação da Dotação Inicial da despesa fixada na LOA (R\$ 60,56 bilhões) com a Dotação Atualizada (R\$ 63,49 bilhões). Este acréscimo decorre do confronto da Redução X Suplementação Orçamentária no montante de R\$ 8,38 bilhões, da Abertura de Créditos Adicionais por Superavit Financeiro no valor de R\$ 1,86 bilhões e da Abertura de Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação no montante de R\$ 1,07 bilhões.

Despesas Orçamentárias		Dotação Inicial	Redução Orçamentária				Suplementação Orçamentária *			Dotação Atualizada	
Despesas Correntes	R\$	51.977.608.810		-R\$	5.538.770.664		R\$	8.239.249.390		R\$	54.678.087.536
Pessoal e Encargos Sociais	R\$	24.588.056.583		-R\$	2.218.336.409		R\$	2.922.864.201		R\$	25.292.584.375
Juros e Encargos da Dívida	R\$	1.186.111.509		-R\$	34.829.589		R\$	1.003.000		R\$	1.152.284.920
Outras Despesas Correntes	R\$	26.203.440.718		-R\$	3.285.604.666		R\$	5.315.382.190		R\$	28.233.218.241
Despesas de Capital	R\$	8.585.840.246		-R\$	2.839.648.557	+	R\$	3.070.554.812		R\$	8.816.746.501
Investimentos	R\$	5.954.389.701		-R\$	2.734.937.861		R\$	2.970.316.507		R\$	6.189.768.347
Inversões Financeiras	R\$	124.463.112		-R\$	63.363.877		R\$	99.999.000		R\$	161.098.235
Amortização da Dívida	R\$	2.506.987.433		-R\$	41.346.819		R\$	239.305		R\$	2.465.879.919
Reserva de Contingência	R\$	1.000		R\$	-		R\$	-		R\$	1.000
Total	R\$	60.563.450.056		-R\$	8.378.419.221		R\$	11.309.804.202		R\$	63.494.835.037

^{*} Contempla os valores de R\$ 8.378.419.220,23 de Suplementação Orçamentária + R\$ 1.861.314.811,34 de Abertura de Créditos Adicionais por Superavit Financeiro + R\$ 1.070.070.169,73 de Abertura de Créditos Adicionais por Excesso de Arrecadação

No detalhamento da execução por Grupo de Natureza da Despesa observa-se uma economia orçamentária de R\$ 4,11 bilhões, na comparação da Dotação Atualizada com as Despesas Empenhadas, representando um percentual de execução de 93,5%.

Despesas Orçamentárias		Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas			Saldo	%de Execução
Despesas Correntes	R\$	54.678.087.536	R\$	53.590.486.369	R\$	1.087.601.167	98,0%
Pessoal e Encargos Sociais	R\$	25.292.584.375	R\$	25.081.612.224	R\$	210.972.151	99,2%
Juros e Encargos da Dívida	R\$	1.152.284.920	R\$	1.136.748.588	R\$	15.536.332	98,7%
Outras Despesas Correntes	R\$	28.233.218.241	R\$	27.372.125.557	R\$	861.092.684	97,0%
Despesas de Capital	R\$	8.816.746.501	R\$	5.798.937.905	R\$	3.017.808.597	65,8%
Investimentos	R\$	6.189.768.347	R\$	3.559.709.136	R\$	2.630.059.211	57,5%
Inversões Financeiras	R\$	161.098.235	R\$	33.491.126	R\$	127.607.109	20,8%
Amortização da Dívida	R\$	2.465.879.919	R\$	2.205.737.643	R\$	260.142.276	89,5%
Reserva de Contingência	R\$	1.000	R\$	-	R\$	1.000	0,0%
Total	R\$	63.494.835.037	R\$	59.389.424.274	R\$	4.105.410.763	93,5%

Nota 6 - Receitas e Despesas Intraorçamentárias

As Receitas Intraorçamentárias são classificadas nos grupos - 7.0.0. Receitas Correntes e 8.0.0. Receitas de Capital. Em 2019, as Receitas Intraorçamentárias alcançaram o montante de R\$ 2,56 bilhões, onde as receitas correntes representaram 99,5% do total. Já as Receitas de Capital Intraorçamentárias totalizaram R\$ 13,6 milhões, representando somente 0,5% do total, conforme demonstração a seguir:

				em R\$
Receitas Intraorçamentárias	Orçada (I)	Realizada (॥)	Saldo III = (II - I)	% Realizada S/ Total
Receitas Correntes Intra	2.598.844.828,00	2.552.273.413,26	(46.571.414,74)	99,5%
Receita Tributária	-	1.063.699,27	1.063.699,27	0,0%
Receita de Contribuições	2.577.288.704,00	2.526.363.463,63	(50.925.240,37)	98,5%
Receita Patrimonial	142.400,00	139.574,34	(2.825,66)	0,0%
Receita de Serviços	18.741.724,00	15.735.499,21	(3.006.224,79)	0,6%
Outras Receitas Correntes	2.672.000,00	8.971.176,81	6.299.176,81	0,3%
Receitas de Capital Intra	8.000.000,00	13.619.113,73	5.619.113,73	0,5%
Transferências de Capital	8.000.000,00	13.619.113,73	5.619.113,73	0,5%
Total	2.606.844.828,00	2.565.892.526,99	(40.952.301,01)	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

As despesas intraorçamentárias são classificadas na modalidade 91 e, no exercício de 2019, apresentaram um total empenhado de R\$ 2,57 bilhões, sendo que R\$ 2,55 bilhões (99,2%) se referem às despesas correntes e R\$ 21,4 milhões (0,8%) correspondem às despesas de capital. Deste total, foram liquidados e pagos em 2019 na modalidade intraorçamentária o montante de R\$ 2,56 bilhões, garantindo 99,9% o equilíbrio das operações intraorçamentárias.

						em R\$
Despesas Intraorçamentárias	Dotação Atualizada (1)	Empenhadas (Ⅱ)	Liquidadas (III)	Pagas (IV)	Saldo da Dotação V = (I - II)	% Empenhada S/ Total
Despesas Correntes Intra	2.556.421.443,39	2.550.173.398,74	2.543.071.710,99	2.543.043.173,15	6.248.044,65	99,2%
Pessoal e Encargos Sociais	2.532.595.381,16	2.526.954.572,40	2.526.354.472,19	2.526.329.412,47	5.640.808,76	98,3%
Outras Despesas Correntes	23.826.062,23	23.218.826,34	16.717.238,80	16.713.760,68	607.235,89	0,9%
Despesas de Capital Intra	21.902.022,20	21.419.862,89	19.489.957,90	18.710.556,70	482.159,31	0,8%
Investimentos	21.902.022,20	21.419.862,89	19.489.957,90	18.710.556,70	482.159,31	0,8%
Total	2.578.323.465,59	2.571.593.261,63	2.562.561.668,89	2.561.753.729,85	6.730.203,96	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Nota 7 - Restos a Pagar não Processados Liquidados

Para o controle dos restos a pagar não processados liquidados, a Prefeitura de São Paulo adota o procedimento de mantê-los neste status, não transferindo o saldo para o status de "processados".

2.6 Balanço Patrimonial

Nota 1 - Caixa e Equivalentes de Caixa

Neste subgrupo destacam-se as Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata, no valor de R\$ 12,5 bilhões, representando 95% do valor total. As aplicações são realizadas em instituições financeiras oficiais, conforme políticas estabelecidas na Portaria SF 87/2012.

Nota 2 - Créditos a Curto Prazo

São mensurados ou avaliados pelo valor original e a conta Clientes apresenta-se com montante líquido, descontado o Ajuste para Perdas.

Os Créditos a Curto Prazo aumentaram 18% em 2019, se comparado ao ano anterior e representam 10,9% do total do Ativo e 47,6% do total do Ativo Circulante. A composição dos créditos de curto prazo é demonstrada na tabela a seguir:

em R\$ Variação Créditos a Curto Prazo Exercício 2019 Exercício 2018 s/Total Clientes * 185.195.823,60 171.181.566,63 8,2% 1,5% Créditos de Transferências a Receber 65.394.165,83 56.106.339,10 16,6% 0,5% Empréstimos e Financiamentos Concedidos 4.028.196,21 4.394.729,42 -8,3% 0,0% Dívida Ativa Tributária 390.606.475,40 197.109,95 198067% 3,1% Dívida Ativa Não Tributária 16.241.066,54 2.239.591,63 625,2% 0,1% Adiantamentos Concedidos 1.892.885,33 769.879,21 145,9% 0,0% Tributos a Recuperar/Compensar 10.713.841,85 11.725.583,74 -8,6% 0,1% 3.716.992.421,98 32,7% Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados 4.076.211.520,09 9,7% Créditos Previdenciários a Receber 6.730.931,18 23.678.996,25 -71,6% 0,1% Outros Créditos a Receber 7.691.105.276,32 6.560.791.337,47 17,2% 61,8% Total 12.448.120.182,35 10.548.077.555,38 18,0% 100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

^{*} Valor Líquido (descontado o Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo)

Observa-se que em 2019 houve a transferência de valores da Dívida Ativa Tributária e Não Tributária do longo para o curto prazo, no montante aproximado de R\$ 406,8 milhões, correspondente aos Programas de Parcelamento.

<u>Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados:</u> o grupo Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, que representa aproximadamente 32,7% dos créditos a receber, tem a seguinte composição:

I – Fundo de Reserva dos Depósitos Judiciais – corresponde aos 30% (trinta por cento) dos valores depositados em juízo, conforme Lei Complementar nº 151/2015;

II – Conta Especial de Precatórios - corresponde aos valores de contas especiais mantidas no Banco do Brasil, através das quais são realizados os pagamentos de precatórios sob responsabilidade legal do TJSP.

Pelo regime especial, os entes que se encontravam em mora na quitação de precatórios vencidos na data da Emenda Complementar nº 62/2009, devem centralizar os pagamentos dos precatórios nos Tribunais de Justiça locais.

Outros Créditos a Receber a Curto Prazo: o grupo Outros Créditos a Receber representa 61,79% do total de créditos a receber a curto prazo e corresponde, em sua maioria, a créditos decorrentes de infrações legais e contratuais, especificamente multas por infração de trânsito, gerenciadas pelo sistema APAIT (Sistema de Administração de Penalidades Aplicadas a Infrações de Trânsito) e controladas pela Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes (SMT).

em R\$ Variação Exercício 2018 **Outros Créditos a Receber a Curto Prazo** Exercício 2019 s/ Total Débitos de Servidores Municipais 171.867.656,37 202.288.524,37 -15,0% 2,2% Débitos Pagos a Regularizar 90.748.388.66 74.800.509,39 21,3% 1,2% Demais Créditos a Receber 49.073.461,23 37.003.153,97 32,6% 0,6% Créditos a Receber Decorrentes de Infrações Legais 7.379.415.770,06 6.246.699.149,74 18,1% 95,9% 7.691.105.276,32 6.560.791.337,47 100,0% Total 17,2%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

<u>Clientes:</u> Este grupo apresenta o montante de R\$ 185,2 milhões e representa 1,5% do total dos créditos a receber, o qual corresponde, em sua grande maioria, às prestações a receber de financiamentos habitacionais registrados na COHAB e no FMH. O saldo de Clientes já se encontra deduzido do valor R\$ 4,7 milhões, referente ao ajuste para perdas.

<u>Créditos de Transferências a Receber:</u> neste grupo foram registrados recursos do tesouro municipal utilizados, a título de adiantamento, para o pagamento de despesas realizadas com empreendimentos previstos no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC),

com a expectativa de serem ressarcidos pela União e pelo Governo do Estado de São Paulo. No exercício de 2019 foram baixados R\$ 28,8 milhões da posição de "Créditos de Transferências a Receber" em razão de novo entendimento de que parte do valor registrado no ativo não seria mais elegível ao ressarcimento do Tesouro Municipal, fundamentado pela Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras (SIURB), pasta executora dos Termos de Compromisso em questão, no Ofício 024/SIURB-G/2020, conforme documento SEI nº 025060429 do processo SEI nº 6022.2020/0000138-0 e da manifestação contida no documento SEI nº 025071136 do processo SEI nº 6017.2019/0035952-8.

					em R\$
Empreendimentos¹ - Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	Saldo em 2018	Adiantamento	Ressarcimento	Baixa	Saldo em 2019
Córrego Ipiranga	-	34.168.709,02	-	-	34.168.709,02
Hospital de Parelheiros (PAC Mananciais)	35.401.947,42	-	-	(4.971.818,20)	30.430.129,22
Leste Itaquera Trecho-1	-	3.275.571,81	(1.786.777,52)	(693.466,70)	795.327,59
Corredor Leste Radial Trechos 1 e 2	14.848.229,52	-	-	(14.848.229,52)	-
Canalização do Córrego Ponte Baixa	4.306.685,87	2.505.687,52	-	(6.812.373,39)	-
Corredor Capão Redondo Campo Limpo Vila Sônia	1.128.154,77	-	-	(1.128.154,77)	-
Corredor Aricanduva	225.372,40	-	-	(225.372,40)	-
Fábrica do Samba	195.949,12	-	-	(195.949,12)	-
Total	56.106.339,10	39.949.968,35	(1.786.777,52)	(28.875.364,10)	65.394.165,83

Fonte: Planilha de acompanhamento de recursos de Convênios - SF/SUTEW/DEDIP/DIGEC

Nota 1: O empreendimento Hospital de Parelheiros é financiado com recursos do PAC, por meio do Termo de Repasse em que o Governo do Estado de São Paulo figura como contratado e o Município, como interveniente executor; nos demais empreendimentos, os Termos de Compromissos são firmados entre o Governo Federal e o Município.

Nota 3 - Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do Município, resgatáveis no curto prazo. São mensurados ou avaliados pelo valor original, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

O montante deste grupo é de R\$ 97,05 milhões e representa 0,4% do total do Ativo Circulante. Nele estão registrados os investimentos realizados pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS com recursos previdenciários em Fundos de Investimentos em Títulos do Tesouro.

Nota 4 - Estoques

Compreendem os valores dos bens adquiridos pelo Município com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades. O saldo de Estoques em 2019 é de R\$ 369,8 milhões e representa 1,4% total do Ativo Circulante. O grupo Estoques é dividido em mercadorias para revenda e almoxarifado, sendo que Mercadorias para Revenda representa 0,82% do total dos Estoques e corresponde a produtos funerários destinados à revenda. O restante de Estoques corresponde a materiais utilizados na manutenção dos serviços do Município, com um saldo de R\$ 366,74milhões, equivalente a 99,2% do total do grupo, com destaque para a conta medicamentos e materiais hospitalares (43,9%).

Nota 5 - Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) Pagas Antecipadamente

Compreendem os pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço ao Município ocorrerão no curto prazo. O montante deste grupo é de R\$ 0,80 milhão e representa menos de 1% do total do Ativo Circulante.

Nota 6 - Créditos a Longo Prazo

Compreende os valores a receber realizáveis no longo prazo e são mensurados ou avaliados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. As contas Clientes, Empréstimos e Financiamentos Concedidos e Dívida Ativa apresentam-se com montante líquido, descontado o Ajuste para Perdas.

Os Créditos a Longo Prazo aumentaram 9,5% em 2019, se comparado ao ano anterior, e representam 50,4% do total do Ativo e 65,6% do total do Ativo Não Circulante. A composição dos créditos de longo prazo é demonstrada na tabela a seguir:

				em R\$
Créditos a Longo Prazo	Exercício 2019	Exercício 2018	Variação %	% s/ Total
Clientes *	135.966.227,55	128.433.562,06	5,9%	0,2%
Empréstimos e Financiamentos Concedidos *	52.663.266,63	45.141.447,29	16,7%	0,1%
Dívida Ativa Tributária *	44.292.817.603,58	40.150.508.770,03	10,3%	77,6%
Dívida Ativa Não Tributária *	10.690.642.638,61	9.826.538.291,63	8,8%	18,7%
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	1.860.509.373,26	2.000.289.341,70	-7,0%	3,3%
Créditos Previdenciários do RPPS	9.759.360,17	-		0,0%
Créditos a Longo Prazo Intra OFSS	58.348.742,70	-		0,1%
Total	57.100.707.212,50	52.150.911.412,71	9,5%	99,9%

^{*} Valores Líquidos (descontados os ajustes de perdas)

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Dívida Ativa: os grupos Dívida Ativa Tributária e Dívida Ativa Não Tributária, descontados os ajustes para perdas, representam, respectivamente, 77,6% e 18,7% do total do grupo, ou seja, ambos equivalem a 96,3% do total de créditos a receber a longo prazo.

Desde 2018, a Prefeitura vem adotando nova metodologia de apuração do ajuste da dívida ativa a valor recuperável, resultado de estudo elaborado pelo Grupo Técnico – GT instituído em 2017 (Portaria Conjunta SF/PGM nº 9/2017). A revisão da metodologia anterior, que foi utilizada até 2017, decorreu da busca contínua pela real mensuração da expectativa de recebimento dos créditos tributários e não tributários inscritos em Dívida Ativa, conforme preceituam as boas práticas contábeis.

O valor do ajuste mensal adotado pela PMSP é baseado em cálculo aplicado por meio do Modelo Probabilístico de Regressão Logística (MRL) que, levando em consideração as características do processo, é capaz de estimar com segurança estatística a probabilidade de êxito da cobrança. O MRL permite que se obtenha para cada inscrição a sua probabilidade de recuperação considerando suas características (idade do crédito, perfil do contribuinte, tipo do crédito, etc.) como variáveis explicativas, ou seja, dado o perfil da inscrição, pode-se estimar qual a probabilidade (entre 0 e 100%) de que esse crédito seja pago. Objetivando reduzir o viés que pode afetar a qualidade dos parâmetros estimados, foi adotada uma amostra com inscrições no período de 1996 a 2005, inclusive. Nessa amostra temos todas as inscrições que pertenceram ao período 1996 a 2005, pagas e ativas. Com base no comportamento das inscrições pagas frente às que continuam ativas, o MRL encontra padrões nas características dessas inscrições refletindo esse resultado nos parâmetros estimados. Após a estimação dos parâmetros, aplica-se ao universo de inscrições não-pagas (ativas) os valores estimados considerando as características estudadas de cada uma. A amostra foi estratificada em três tipos de créditos: ISS, IPTU e OUTROS. Para cada tipo de crédito foi criado um MRL específico, gerando parâmetros próprios e que são também aplicados especificamente para as inscrições ativas considerando os três estratos.

Na tabela que segue, é possível visualizar as variações da Dívida Ativa Tributária e não Tributária em termos monetários e percentuais entre os exercícios de 2018 e 2019:

				em R\$
Dívida Ativa	Exercício 2019	Exercício 2018	Variação	%s/Total
Tributária	44.292.817.603,58	40.150.508.770,03	10,3%	80,6%
Dívida Ativa Bruta	115.033.365.725,57	104.971.380.437,89	9,6%	209,2%
(-) Ajuste de Perdas	(70.740.548.121,99)	(64.820.871.667,86)	9,1%	-128,7%
Não Tributária	10.690.642.638,61	9.826.538.291,63	8,8%	19,4%
Dívida Ativa Bruta	14.974.235.706,53	13.410.580.876,59	11,7%	27,2%
(-) Ajuste de Perdas	(4.283.593.067,92)	(3.584.042.584,96)	19,5%	-7,8%
Total da Dívida Ativa Líquida	54.983.460.242,19	49.977.047.061,66	10,0%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Nota 7 - Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo

Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do Município, resgatáveis no longo prazo, com um montante apresentado em 2019 de R\$ 79,5 mil.

Nota 8 - Estoques a Longo Prazo

O saldo de R\$ 287,3 milhões apresentado em 2019 equivale a 0,33% do Ativo Não Circulante e refere-se, em sua maioria, a valores de terrenos destinados às edificações da empresa COHAB.

Nota 9 - Investimentos

Os Investimentos tiveram variação negativa de 7,6% em 2019, se comparado ao ano anterior e representam 7,33% do total do Ativo e 9,54% do total do Ativo Não Circulante.

em R\$ Variação % **Investimentos** Exercício 2019 Exercício 2018 s/Total Participações Permanentes 2.628.829.828,13 2.841.529.654,13 -7,5% 31,7% Propriedades para Investimento 125.909.415,55 69.949,47 179900,5% 1,5% Investimentos do RPPS de Longo Prazo 86.026.000,00 70.926.000,00 21,3% 1,0% Demais Investimentos Permanentes 5.464.890.315,22 65,8% 6.072.274.245,22 -10,0% 8.305.655.558,90 8.984.799.848,82 -7,6% 100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

<u>Participações Permanentes</u>: compreendem as participações permanentes em outras entidades em forma de ações ou cotas, estão segregadas em Participações Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial, Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) e Participações Avaliadas pelo Método de Custo.

Outra importante classificação referente às participações societárias é a relação de dependência, ou seja, as empresas podem ser dependentes ou independentes. Considera-se dependente a empresa que recebe recursos financeiros, em forma de subsídio, para pagamento de despesas com pessoal, de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária. Atualmente, no âmbito desta Municipalidade, apenas a COHAB é considerada Empresa Pública Dependente.

O critério para realização do MEP do exercício de 2019 consistiu na utilização dos Balancetes das empresas controladas referentes a outubro de 2019, excluído o AFAC do PL das empresas e não incluindo estes como investimento na PMSP, ocasionando resultado equânime, tanto na controladora como na coligada. No exercício seguinte será realizada a revisão do cálculo do Investimento pelo MEP, com base no Balanço Patrimonial competência dezembro de 2019 das empresas investidas.

Conforme MCASP 8ª edição, as participações em empresas em que a administração tenha influência significativa devem ser mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. O método da equivalência patrimonial será utilizado para os investimentos em coligadas ou em controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum.

Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento é inicialmente registrado a preço de custo e o valor contábil é aumentado ou reduzido, conforme o Patrimônio Líquido da investida aumente ou diminua, em contrapartida à conta de resultado.

Para as controladas com Patrimônio Líquido negativo, caso das empresas CET, SPTrans e SPTuris as atualizações dos valores foram contabilizadas na conta Provisão para Perda em Investimentos do Passivo não Circulante, conforme o item 42 da NBC TSP n^{o} 18 - Investimentos em Coligada e em Controlada, transcrito a seguir:

Após reduzir a zero o saldo contábil da participação do investidor, déficits adicionais são considerados e um passivo reconhecido, somente na extensão em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou tenha realizado pagamentos em nome da coligada. Se a coligada subsequentemente reportar superávits, o investidor retorna o reconhecimento de sua participação nesses superávits somente após sua participação nesses superávits posteriores se igualarem aos déficits não reconhecidos. (NBC TSP 18).

Segue abaixo quadro do cálculo do MEP no exercício de 2019:

										em R\$
	Empresa Investida	Posição em 31/12/2018 sem AFAC	Porcentagem Capital	Patrimônio Líquido (c) sem AFAC	Cálculo MEP 2019 (d)=(c*b)	Invest. Realizados	Ajuste MEP 2019	Distrib. Dividendos	Ajuste Exercicio Anterior	Saldo Final
	COHAB	960.992.967	99,999998%	960.992.987	960.992.967	-	(223.470.959)	-	35.774.554	773.296.563
	PRODAM	138.356.581	99,999982%	138.356.606	138.356.581	-	48.744.255	-	(4.325.103)	182.775.733
	SPDA	256.650.846,78	99,999998%	249.936.265	249.936.259	-	19.590.140	(6.714.588)	(2.809.130)	266.717.269
MEP-	SP PARCERIAS	6.144.139	99,999995%	6.144.139	6.144.139	-	3.146.195	-	(42.202)	9.248.132
Empresas com PL	SP OBRAS	12.323.387	99,113936%	12.433.556	12.323.387	-	(3.144.650)	-	693.173	9.871.909
positivo	SP SEC	107.116	77,802198%	137.677	107.116	-	(37.468)	-	(5.286)	64.362
	SP URBANISMO	180.074.735	99,531261%	180.922.791	180.074.735	-	(36.208.451)	-	50.778.082	194.644.367
	SPCINE	13.704.996	100,000000%	13.704.996	13.704.996	-	(3.654.473)	-	(1.000.803)	9.049.720
	Total	1.568.354.768		1.562.629.017	1.561.640.180		(195.035.411)	(6.714.588)	79.063.284	1.445.668.054
MEP-	CET	(127.460.368)	99,999994%	(127.460.375)	(127.460.368)	-	35.605.520	-	(12.268.650)	(104.123.497)
Empresas	SP TRANS	(184.641.219)	99,965521%	(184.704.904)	(184.641.219)	-	10.354.457	-	40.828.297	(133.458.466)
com PL	SP TURIS	64.485.135	96,300594%	(4.053.010)	(3.903.073)	65.769.995	(42.470.267)	-	(91.687.935)	(3.903.073)
negativo	Total	(247.616.452)		(316.218.289)	(316.004.660)	65.769.995	3.489.709	-	(63.128.288)	(241.485.036)

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

No quadro MEP – Empresas com PL positivo, os investimentos totalizaram R\$ 1,45 bilhão, (considerando o saldo final de 2018, os ajustes de exercício anterior, decorrentes da atualização do cálculo do MEP do exercício de 2018 e movimentações como Distribuição de Dividendos e Investimentos), no comparativo com o saldo final de 2019 (1,56 bilhão) observa-se que houve decréscimo de R\$ 0,12 bilhão, equivalente a 8,33% do saldo em investimentos, parte devido ao valor do Patrimônio Líquido da empresa investida SPTuris que em 2018 encontrava-se positivo e em 2019 após a apuração do resultado do exercício, tornou-se negativo, contribuindo para o decréscimo do investimento na investidora.

- O PL negativo das empresas CET, SPTrans e SPTuris constitui Provisão no Passivo da Prefeitura e no exercício de 2019 apresentou o montante de R\$ 241,5 milhões:
 - I CET no valor de R\$ 104,1 milhões (aumento de R\$ 35 milhões em relação a 2018 ajustado);
 - II SPTrans no valor de R\$ 133,5 milhões (aumento de R\$ 10,35 milhões em relação a 2018 ajustado);

III – SPTuris no valor de R\$ 3,9 milhões (diminuição de R\$ 42,47 milhões) como podemos observar no quadro MEP – Empresas com PL negativo.

Cabe ressaltar que os dividendos a receber não foram registrados em tempo hábil, no balanço patrimonial da Prefeitura de São Paulo, no exercício de 2018, devido à ausência de fluxo de informações entre a SPDA e a PMSP, o que prejudicou a posição patrimonial de 2018 da PMSP. Tal ajuste foi efetuado em dezembro de 2019, com o efetivo recebimento dos dividendos, no valor de R\$ 6,7 milhões.

Em 2019 houve integralização de capital na SPTuris no montante de R\$ 65,7 milhões e adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$ 29,4 milhões na SPTuris e de R\$ 4,07 milhões na SPTrans.

					em R\$
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Saldo em 2018	Valor Adiantado	Valor Integralizado	Ajuste Contábil	Saldo em 2019
São Paulo Turismo S/A	65.770.000,00	29.420.005,02	65.770.000,00	-	29.420.005,02
São Paulo Transporte S/A	5.156.205,24	4.071.126,00	-	-	9.227.331,24
SP - Urbanismo	50.549.735,14	-	-	-	50.549.735,14
Sub-Total	121.475.940,38	33.491.131,02	65.770.000,00		89.197.071,40
Cia. SP Desenv. Mobilização de Ativos - SPDA	22.824.520,10	=	-	-	22.824.520,10
Total	144.300.460,48	33.491.131,02	65.770.000,00		112.021.591,50

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Com relação às participações avaliadas pelo Método de Custo, destacamos as Ações Ordinárias do Metrô – Disponíveis que totalizaram R\$ 1,07 bilhão em 2019 e representam 40,7% das participações permanentes.

- Propriedades para Investimento: Compreendem imóveis de uso não administrativo mantidos pela COHAB para auferir aluguel e/ou para valorização do capital, correspondendo a um montante de R\$ 69,9 mil em 2018 para R\$ 125,9 milhões em 2019. A variação refere-se a: I- Lojas/Salas Comerciais, situadas na Av. Prof. João Batista, nº 1445, 1421 e 1375 que foram demolidas e reclassificadas para a conta Terrenos destinados a edificações (estoque) no valor de R\$ 2,47 mil; II- Apropriação de valor de área com 5.168,54 m² no Parque Carrão/CET situada nas Ruas Apucarana/Melo Freire/Vilela, com base no relatório de Avaliação realizada por Binswanger Brazil, no valor de R\$ 34,64 milhões e III- Reclassificação do valor de Terreno APA do Carmo (imobilizado) para imóveis de uso não administrativo (investimento) no valor de R\$ 40,43 milhões.
- Investimentos do RPPS de Longo Prazo: Compreendem os investimentos realizados pelo Regime Próprio da Previdência Social, em conformidade com a legislação que trata das aplicações e investimentos dos RPPS, apresentando um saldo em 2019 no valor de R\$ 86,6 milhões referentes a imóveis recebidos do INSS em dação em pagamento. Houve uma variação positiva em relação ao exercício anterior de 21,3% devido ao valor

complementar de R\$ 15,1 milhões relativos ao recebimento de cinco imóveis do INSS a título de dação em pagamento, ocorrido em 2018, de acordo com a Lei Municipal nº 16.121/2015, referente à compensação previdenciária de que trata a Lei Federal nº 9.796/1999, a referida documentação consta no Processo Sei nº 6310.2019/0000110-3.

• **Demais Investimentos Permanentes**: Compreendem os demais direitos de qualquer natureza não classificáveis no ativo circulante nem no ativo realizável a longo prazo e que não se destinam à manutenção das atividades do Município.

No Município, o grupo Demais Investimentos Permanentes é composto, principalmente, pelos títulos e valores das operações urbanas consorciadas. As operações urbanas que utilizam o CEPAC¹ (Certificado de Potencial Adicional de Construção) são: Operação Urbana Consorciada Faria Lima, Operação Urbana Consorciada Água Espraiada e Operação Consorciada Água Branca.

No caso desta municipalidade, os CEPAC (Certificados de Potencial Adicional de Construção) são valores mobiliários emitidos pela Prefeitura do Município de São Paulo, através da SPUrbanismo, utilizados como meio de pagamento de contrapartida para a outorga de Direito Urbanístico Adicional dentro do perímetro de uma Operação Urbana Consorciada. Cada CEPAC equivale a determinado valor de m² para utilização em área adicional de construção ou em modificação de usos e parâmetros de um terreno ou projeto.

As emissões de CEPAC são regidas pelas determinações contidas na Instrução 401 da CVM, que regulamenta: a emissão dos títulos, as responsabilidades pelo acompanhamento das Operações Urbanas Consorciadas e indica a forma de exercício dos direitos assegurados pelos CEPAC.

Os CEPAC também podem ser utilizados como meio de pagamento das intervenções por meio de colocações privadas. Neste caso, o valor do CEPAC é atualizado pelo Índice Edificações em Geral, publicado mensalmente pela Secretaria Municipal da Fazenda no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, tendo como base o preço realizado no último leilão.

Atualmente, encontram-se em estoque 836.760 títulos avaliados a um valor mínimo de R\$ 6.531,01 por título, totalizando o montante de R\$ 5.464.886.486 no ativo não circulante da PMSP.

_

¹ Lei nº 10.257/2001, de 10 de julho de 2001.

CEPAC - Operações Urbanas	Saldo em 2018	Alienação	Saldo em 2019	Qtde em Estoque	Valor Mínimo Unitário	Variação %	em R\$ % s/ Total
Água Branca	3.510.117.000,00	-	3.510.117.000,00	537.454	6.531,01	-	64%
Faria Lima	2.101.914.134,36	(607.383.930,00)	1.494.530.204,36	228.836	6.531,01	-28,9%	27,3%
Água Espraiada	460.239.282,00	-	460.239.282,00	70.470	6.531,01	0,0%	8,4%
Total	6.072.270.416,36	(607.383.930,00)	5.464.886.486,36	836.759,78		-10,0%	100,0%

Em 05 de dezembro de 2019, houve o 1º leilão da 5ª distribuição de CEPAC, onde foram alienados 93.000 títulos pelo valor unitário de R\$ 17.601,00, o que gerou um ganho para a PMSP de R\$ 1,02 bilhão.

Nota 10 - Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis, sendo reconhecidos inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Quando os elementos do Ativo Imobilizado tiverem vida útil econômica limitada, ficam sujeitos à depreciação sistemática durante esse período, sem prejuízo das exceções expressamente consignadas. Quando se tratar de ativos do imobilizado obtidos a título gratuito, devem ser registrados pelo valor justo na data de sua aquisição, sendo que deverá ser considerado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou valor patrimonial definido nos termos da doação.

Em 31/12/2019, o Município apresentou um saldo de R\$ 21,4 bilhões relacionado a imobilizado, representando 24,5% do Ativo Não Circulante, sendo 92,4% do total do Imobilizado correspondente a Bens Imóveis.

Bens Móveis: Os Bens Móveis do Município em 31/12/2019 totalizavam R\$ 1,62 bilhão e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme detalhado na tabela a seguir.

				em R\$
Composição Bens Móveis	Exercício 2019	Exercício 2018	Variação %	%s/ Total
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	137.893.802,04	99.711.397,38	38,3%	8,5%
Bens de Informática	192.093.330,45	158.243.080,26	21,4%	11,9%
Móveis e Utensílios	189.714.152,90	107.184.310,99	77,0%	11,7%
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	48.762.089,98	32.347.420,67	50,7%	3,0%
Veículos	37.876.936,82	16.517.429,39	129,3%	2,3%
Peças e Conjuntos de Reposição	4.780.759,43	3.842.182,73	24,4%	0,3%
Armamentos	2.522.994,35	583.871,32	332,1%	0,2%
Semoventes	20.685,00	-	0,0%	0,0%
Demais Bens Móveis	1.007.064.487,81	1.273.543.716,62	-20,9%	62,1%
Total	1.620.729.238,78	1.691.973.409,36	-4,2%	100,0%

Os valores apresentados estão deduzidos da depreciação acumulada e da redução ao valor recuperável.

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

O grupo Demais Bens Móveis é composto em sua maioria (78,0%) pela conta contábil Bens Móveis SBPM, que são bens móveis adquiridos entre os anos de 2002 a 2015, registrados no Sistema SBPM, mas pendentes de classificação detalhada do bem móvel e, consequentemente, com necessidades de reavaliação a valor Justo. As unidades orçamentárias da PMSP (Administração Direta - Poder Executivo) foram orientadas para realizar o trabalho, que tem como prazo para conclusão 30/04/2020.

A Portaria SF nº 262 de 02/12/2015 estabeleceu procedimentos relativos ao registro e controle dos bens móveis no Sistema de Bens Patrimoniais Móveis no âmbito da Administração Direta do Município (Poder Executivo), entre eles a política contábil para reconhecimento dos ativos adquiridos em exercícios anteriores a valor justo e demais procedimentos relativos à depreciação.

<u>Bens Imóveis</u> – Os Bens Imóveis do Município em 31/12/2019 totalizavam R\$ 19,8 bilhões. Destacam-se os Bens imóveis de Uso Especial e os Bens Dominicais no montante de R\$ 19,6 bilhões que representam 91,8% do total do imobilizado, conforme demonstrados na tabela abaixo:

					em R\$
Conta	Saldo em 2018	Ajustes/ Reclassificações	Incorporações	Transferências	Saldo em 2019
Bens de Uso Especial	10.880.736.748,65	(40.428.702,52)	467.254.404,84	-	11.307.562.450,97
Bens Dominicais	8.324.581.262,39	-	-	-	8.324.581.262,39
Bens de Uso Comum do Povo	14.168.003,19	(14.168.003,19)	-	-	-
Total	19.219.486.014,23	(54.596.705,71)	467.254.404,84		19.632.143.713,36

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Em razão do Município de São Paulo ainda não ter iniciado os trabalhos para reconhecimento e mensuração dos bens de infraestrutura, cuja contabilização deve ser iniciada a partir de 01.01.2023, conforme prazo-limite estabelecido no Anexo da Portaria STN nº 548/2015 – PCP nº 8, o valor de R\$ 14 milhões registrados em Bens de Uso Comum do Povo foi estornado no exercício de 2019, logo que verificada a sua inconsistência.

As demais movimentações se devem: I- Reclassificação do valor de Terreno APA do Carmo (Bens de uso especial) para imóveis de uso não administrativo (investimento) no valor de R\$ 40,43 milhões ocorrida na empresa municipal dependente COHAB e II-Registro dos imóveis utilizados pelo TCMSP, conforme avaliação TC 001072/2019, no valor de R\$ 467,25 milhões.

O Decreto 58.637, de 22 de fevereiro de 2019 regulamentou o procedimento administrativo a ser adotado com vista à alienação de bens imóveis no âmbito do Plano Municipal de Desestatização – PMD, nos termos da Lei nº 16.703, de 04 de outubro de 2017. Contudo, a Secretaria Municipal da Fazenda aguarda informações mais detalhadas dos bens destinados à alienação, pela Coordenadoria de Gestão do Patrimônio - CGPATRI da Secretaria Executiva de Licenciamento (SEL), responsável pelo controle e gerenciamento dos imóveis e das áreas públicas municipais, bem como aguarda informações das incorporações de bens, relativos à PMSP – Poder Executivo.

A Prefeitura do Município de São Paulo, ainda não realiza o registro de reconhecimento de bens imóveis de uso comum do povo. Mas, a título de exemplo, tivemos um caso tratado por meio da Lei 16.996 de 06 de novembro de 2018, que desincorporou da classe de bens de uso comum do povo e transferiu para a classe de bens dominiais o imóvel municipal situado na Rua João Burjakian, Distrito de Mandaqui, sendo este posteriormente alienado através de processo licitatório legal. Deste modo, foi realizado o registro extemporâneo do imóvel, utilizando o Valor Venal de Transferência – VVR como base para o reconhecimento do bem alienado, amparado pelo Decreto 58.637 de 22 de fevereiro de 2019 e apurado ganho decorrente de alienação em benefício do Município.

Com o objetivo de integrar todos os órgãos do Município e de proporcionar maior transparência e controle do Patrimônio Público Municipal, a primeira etapa do projeto de implementação do Sistema de Bens Patrimoniais Imóveis – SBPI, que resultou na elaboração da tela e funcionalidade "cadastro" do sistema, concluída no final de 2018, a segunda etapa encontra-se em desenvolvimento e prevê a geração dos lançamentos contábeis decorrentes do reconhecimento dos bens imóveis municipais.

Nota 11 - Intangível

Compreendem os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. Em 31/12/2019, o Município apresentou um saldo de R\$ 25,57 milhões relacionados à intangível. Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2018 e 2019:

				em R\$
Intangível	Exercício 2019	Exercício 2018	Variação %	%s/Total
Softwares	81.845.457,42	76.585.465,71	6,9%	320,1%
(-) Amortização Sotwares	(56.274.412,76)	(45.318.548,16)	24,2%	-220,1%
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	239,50	239,50	0,0%	0,0%
Total	25.571.284,16	31.267.157,05	-18,2%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Atualmente na PMSP (Administração Direta- Poder Executivo) estão registrados somente os valores de Marcas e Patentes de Registro do Diário Oficial, encontra-se em fase de desenvolvimento a rotina que irá permitir o registro contábil dos bens intangíveis, no Sistema de Controle de Bens Patrimoniais Móveis – SBPM, a previsão de entrada em produção é para o segundo semestre de 2020. Pretende-se também reavaliar os valores reconhecidos em conta de marcas, direitos e patentes industriais, em função do valor estarem subestimado.

Os valores mais expressivos de Softwares estão registrados na Câmara Municipal e Tribunal de Contas do Município de São Paulo (Poder Legislativo), totalizando um valor líquido de R\$ 24,8 milhões (97%).

Nota 12 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais

As Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais de curto prazo apresentaram uma diminuição de 21,41% em comparação com o exercício de 2018. Já as de longo prazo apresentaram um aumento de 1,8% no comparativo de 2018 a 2019. Segue detalhamento do grupo no exercício de 2019:

				em R\$
Obrigações Trabalhistas, Previdenc. e Assist.	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	%s/Total
Pessoal a Pagar	1.291.247.800,66	13.485.598.469,02	14.776.846.269,68	92,6%
Férias e 13º Salário	35.661.575,86	-	35.661.575,86	0,2%
Demais Contas de Pessoal a Pagar	3.364.618,05	-	3.364.618,05	0,0%
Precatórios de Pessoal - Regime Especial	1.247.748.955,35	13.485.239.859,95	14.732.988.815,30	92,4%
Precatórios de Pessoal - Regime Ordinário	4.472.651,40	358.609,07	4.831.260,47	0,0%
Benefícios Previdênciários	7.919.191,37	997.925.081,41	1.005.844.272,78	6,3%
Obrigações do RPPS junto ao RGPS	7.870.774,84	-	7.870.774,84	0,0%
Sentenças Judiciais de Pequeno Valor	3.077,62	-	3.077,62	0,0%
Demais Benefícios Previdenciários a pagar	45.338,91	-	45.338,91	0,0%
Precatórios de Benef. Prev Regime Especial	-	997.925.081,41	997.925.081,41	6,3%
Benefícios Assistenciais a Pagar	105.078,86	-	105.078,86	0,0%
Encargos Sociais a Pagar	17.508.630,07	152.314.420,02	169.823.050,09	1,1%
RGPS	15.069.982,16	46.276.817,26	61.346.799,42	0,4%
RPPS	2.428.691,47	-	2.428.691,47	0,0%
Demais Encargos	9.956,44	106.037.602,76	106.047.559,20	0,7%
Total	1.316.780.700,96	14.635.837.970,45	15.952.618.671,41	100%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Neste grupo de contas, destacam-se os valores referentes a Precatórios, segregados em circulante e não circulante, de acordo com o prazo de exigibilidade, os quais correspondem à

participação de 7,8% no curto prazo e 90,8% no longo prazo, sendo estes responsáveis pelas maiores variações ocorridas no grupo.

Nota 13 - Empréstimos e Financiamentos

No grupo Empréstimos e Financiamentos, de curto e longo prazo, está demonstrada grande parcela dos valores que compõem o Passivo total (passivo somado ao patrimônio líquido), correspondendo a 24,6% deste total.

Em 2019, os Empréstimos e Financiamentos de curto prazo apresentaram um aumento de 2,6% em relação ao ano anterior, porém no longo prazo houve uma redução de 5,3% na comparação de 2018 a 2019.

Observa-se que os empréstimos e financiamentos contratados no mercado interno representam quase a totalidade do grupo, tanto no curto prazo quanto no longo prazo e, detalhando os contratos, verifica-se que os empréstimos com a União representam 96,8% do total, conforme quadro abaixo:

				em R\$
Empréstimos e Financiamentos	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	%s/Total
INTERNA	2.158.162.624,61	24.745.110.169,73	26.903.272.794,34	<u>98,8</u> %
União	2.098.843.032,26	24.265.084.306,64	26.363.927.338,90	96,8%
DMLP - Lei 12.671/98	-	54.409.218,35	54.409.218,35	0,2%
Lei Fed. 8.727/93 - COHAB/PMSP	34.881.219,17	355.301.519,50	390.182.738,67	1,4%
Refinanciamento MP 2.185-35/2001	2.063.961.813,09	23.855.373.568,79	25.919.335.381,88	95,1%
Caixa Econômica Federal	6.621.428,49	70.140.754,42	76.762.182,91	0,3%
PNAFM - 2ª Fase - Lei Munic. 15390/11	6.616.903,58	59.552.132,05	66.169.035,63	0,2%
PNAFM - 2ª Fase - 2ª Etapa	-	10.423.689,99	10.423.689,99	0,0%
Prog. Saneamento Drenagem Lei nº 16.757/2017	4.524,91	164.932,38	169.457,29	0,0%
BNDES	19.555.306,76	43.361.299,09	62.916.605,85	0,2%
Prog. Impl. Transportes Urb. 2ª Etapa - Lei 13.609/03	-	-	-	0,0%
PMAT - II - Lei 15.390/2011 e 15.687/2013	19.555.306,76	43.361.299,09	62.916.605,85	0,2%
Itaú Unibanco	2.142.857,14	177.857.142,86	180.000.000,00	0,7%
Programa Asfalto Novo II - Lei 16.757/2017	2.142.857,14	177.857.142,86	180.000.000,00	0,7%
Santander	30.999.999,96	188.666.666,72	219.666.666,68	0,8%
Programa Asfalto Novo - Lei 16.757/2017	6.000.000,00	22.000.000,00	28.000.000,00	0,1%
Programa Hab. Casa da Família - Lei 16.757/2017	24.999.999,96	166.666.666,72	191.666.666,68	0,7%
EXTERNA	105.103.267,91	233.967.049,02	339.070.316,93	<u>1,2</u> %
BID	105.103.267,91	233.967.049,02	339.070.316,93	1,2%
849/OC-BR PROCAV II - BID II	41.483.911,43	-	41.483.911,43	0,2%
938/OC-BR PROVER/Cingapura - BID III	40.906.330,82	40.906.330,96	81.812.661,78	0,3%
1479/OC-BR Procentro - BID IV	22.713.025,66	193.060.718,06	215.773.743,72	0,8%
Total	2.263.265.892,52	24.979.077.218,75	27.242.343.111,27	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

A Dívida Fundada, no geral, é atualizada monetariamente na seguinte conformidade:

Dívida Contratada Interna:

 Com base na variação cambial do dólar americano para o contrato de refinanciamento da Dívida Externa de Médio e Longo Prazo – DMLP (autorizado pela Lei Municipal nº 12.671/1998);

- Com base na variação cambial do dólar americano e taxa LIBOR, aplicada sobre o saldo devedor apurado em dólar, para o contrato do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM;
- Os demais contratos da Dívida Interna são atualizados através dos índices econômicos e financeiros: UPR, TR, IGP-M, IGP-DI, CDI, URTJLP, UMIPCA e UMSELIC (BNDES), TJLP e SELIC.

Dívida Contratada Externa:

• Com base na variação cambial do dólar americano e taxa LIBOR.

Nota 14 - Fornecedores e Contas a Pagar

Em 2019, os Fornecedores e Contas a Pagar de curto prazo apresentaram um aumento de 52,5% em relação ao ano anterior, enquanto no longo prazo houve uma redução de 40,0%.

Detalhando a análise deste grupo, observa-se que a conta Precatórios de Contas a Pagar – Credores Nacionais apresenta maior representatividade no grupo de curto e longo prazo, equivalente a 82,2% na totalidade conforme tabela a seguir:

				em R\$
Fornecedores e Contas a Pagar	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	%s/Total
Fornecedores Nacionais	629.982.028,73	-	629.982.028,73	14,7%
Contas a Pagar - Credores Nacionais	129.816.708,90	-	129.816.708,90	3,0%
Precatórios de Contas a Pagar - Credores Nacionais	1.299.981.314,77	2.214.431.420,61	3.514.412.735,38	82,2%
Contas a Pagar Nacionais - Dec. Jud Exceto Precat.	1.653.437,30	-	1.653.437,30	0,0%
Fornecedores Nacionais - INTRA OFSS	782.879,32	-	782.879,32	0,0%
Total	2.062.216.369,02	2.214.431.420,61	4.276.647.789,63	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

As principais variações ocorridas no curto prazo derivam do início do registro das obrigações por competência em atendimento ao PIPCP nº 13 - Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência, no montante aproximado de R\$ 521 milhões, além deste fator podemos citar: lançamentos nas contas Precatórios de Contas a Pagar – Credores Nacionais – Regime Especial referentes a reclassificações do longo para o curto prazo; inscrições de precatórios e atualização monetária efetuadas no exercício (constante nos Processos nº 2017-0.039.300-2 e SEI nº. 6021.2018/0007157-5); e baixas por pagamentos efetuados pelo TJSP ou por acordos de precatórios judiciais.

As principais variações ocorridas no longo prazo decorreram de baixas de valores de precatórios **Regime Especial - antes de 05/05/2000** em contrapartida a ajuste de exercícios anteriores, no montante aproximado de R\$ 1,5 milhão.

Com o objetivo de analisar a divergência entre a dívida de precatórios informada pelo TJSP e a registrada pelo Município de São Paulo foi constituído grupo de trabalho, conforme Portaria

PGM nº 214/2018, consequentemente, foram realizados ajustes no saldo de precatórios a pagar, no decorrer do exercício de 2019, para adequação ao saldo apresentado pelo TJSP, que não apresenta mais saldo dos anos anteriores a 2000. Dentre os ajustes podemos citar: I-Baixa de valores sequestrados em exercícios anteriores cuja baixa contábil já havia sido realizada; II-Baixa de valores de atualização monetária calculadas indevidamente em exercícios anteriores; III-Baixa de precatórios de outros tribunais (TRT, TRF) que estavam pendentes somente nas posições de precatórios, cujo pagamentos foram realizados em anos anteriores. Maiores detalhes podem ser encontrados nos processos SEI nº 6021.2019/0001340-2 e 6021.2018/0007157-5

Nota 15 - Obrigações Fiscais

Em 2019, as Obrigações Fiscais de curto prazo apresentaram uma redução de 79,0% e de 50,30% no longo prazo, em relação ao ano anterior. Estas variações ocorreram em sua grande maioria nos Órgãos PMSP (Poder Executivo - Administração Direta) e IPREM referente à reclassificação de Obrigações Fiscais para Contribuições Sociais relativos ao PASEP.

Nota 16 - Provisões

É o grupo mais expressivo do passivo não circulante, sendo 99,7% dele representado por provisões matemáticas previdenciárias do RPPS, conforme demonstrado a seguir:

				em R\$
Provisões	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	%s/Total
Provisões para Riscos Trabalhistas	-	875.826,95	875.826,95	0,0%
Provisões Matemáticas Previdenciárias	-	162.840.719.610,47	162.840.719.610,47	99,7%
Provisões para Riscos Fiscais	-	24.985.355,15	24.985.355,15	0,0%
Outras Provisões	-	439.853.244,18	439.853.244,18	0,3%
Total		163.306.434.036,75	163.306.434.036,75	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

As provisões de longo prazo apresentaram um aumento de 0,17% em relação ao ano anterior, este aumento ocorreu no grupo de Provisões Matemáticas Previdenciárias na empresa IPREM, em virtude da atualização de R\$ 657,7 milhões referente ao resultado da avaliação atuarial (Deficit Atuarial).

As provisões matemáticas previdenciárias do RPPS, que representam quase a totalidade das provisões a longo prazo, tem por objetivo demonstrar a real situação patrimonial e financeira do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS de cada ente federativo e corroboram com a necessidade de cobertura de eventuais insuficiências financeiras do regime por este Município, nos termos da Lei nº 9.717 de 27 de novembro de 1998.

A Portaria nº 509/2013 do Ministério da Previdência regulamentou uma forma de reconhecer e controlar o passivo atuarial por meio de registro de reservas matemáticas

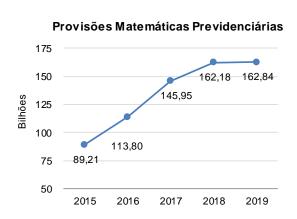
previdenciárias. Esse cálculo consiste em provisionar valores que representam o total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos dos planos de benefícios, calculados atuarialmente, em determinada data, a valor presente.

Avaliação da Situação Financeira e Atuarial: O Instituto de Previdência do Município de São Paulo – IPREM contrata, anualmente, empresa de consultoria com objetivo de fornecer estudo financeiro e atuarial contendo análises estatísticas, resultados, avaliações e parecer atuarial, cujas informações embasam o IPREM na elaboração do DRAA - Demonstrativo do Resultado da Avaliação Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), em atendimento às disposições previstas no art. 4º, §2º, inciso IV da Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000.

O resultado anual da avaliação atuarial considera as seguintes premissas: a) tábua de mortalidade geral; b) tábua de mortalidade de inválidos; c) tábua de entrada em invalidez; d) taxa de crescimento real de salários; e) taxa de crescimento real de benefícios; f) taxa real de juros; g) hipótese sobre geração futura; h) taxa de crescimento real do teto do RGPS e do salário mínimo; i) hipótese de família média; j) fator de capacidade salarial e de benefícios; k) inflação anual estimada e; l) taxa de rotatividade.

Com base nos relatórios anuais de avaliação atuarial, no exercício de 2015 o IPREM reconheceu o deficit atuarial de R\$ 89,2 bilhões e, desde então, efetua atualizações que resultaram em um ajuste acumulado (de 2016 a 2019) de R\$ 73,6 bilhões, atingindo o montante de R\$ 162,8 bilhões de saldo das provisões matemáticas previdenciárias, abaixo demonstrado:

Ano		sões Matemáticas Previdenciárias	% Variação			
2015	R\$	89.212.247.516	-			
2016	R\$	113.799.069.194	27,6%			
2017	R\$	145.949.250.558	28,3%			
2018	R\$	162.183.015.369	11,1%			
2019	R\$	162.840.719.610	0,4%			
Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF						



<u>Outras Provisões</u> – Conforme observado no quadro das Provisões, não houve registros contábeis relativos a provisões no curto prazo, os valores de 2018 relativos ao saldo a pagar referente aos Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento – CID, concedidos para a construção do estádio do Corinthians na zona leste de São Paulo, foram reclassificados do

grupo Outras Provisões para o grupo Demais Obrigações por se tratar de passivo de prazo e de valor certo.

Encontra-se registrado no grupo Outras Provisões as Perdas em Investimento – MEP registradas na PMSP, que correspondem a 54,9% do grupo e os valores referentes a Processos Judiciais Diversos na empresa dependente COHAB, que equivalem a 35,4% do grupo, conforme quadro abaixo:

				em R\$
Outras Provisões	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	%s/Total
PMSP - Perda em Investimentos - MEP	-	241.485.036,01	241.485.036,01	54,9%
Provisão para Ação de Desapropriação do Jockey Club	-	26.325.965,39	26.325.965,39	6,0%
COHAB - Provisão para Impostos Diferidos	-	11.867.472,61	11.867.472,61	2,7%
COHAB - Processos Judiciais Diversos	-	155.545.559,75	155.545.559,75	35,4%
COHAB e FMH - Demais Provisões	-	4.629.210,42	4.629.210,42	1,1%
Total		439.853.244,18	439.853.244,18	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Nota 17 - Demais Obrigações

Em 2019, o grupo Demais Obrigações tem maior representatividade no longo prazo, entre os exercícios de 2018 e 2019, o grupo apresentou aumentos de 25% no curto prazo e de 16% no longo prazo. Segregando a análise deste grupo, segue o quadro abaixo:

				em R\$
Demais Obrigações	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	%s/Total
Adiantamentos de Clientes	70.854.727,13	-	70.854.727,13	0,6%
Valores Restituíveis*	4.158.321.268,41	7.974.900.810,29	12.133.222.078,70	95,8%
Depósitos Judiciais	3.416.006.875,40	7.970.669.495,82	11.386.676.371,22	90,0%
Consignações	61.056.377,49	-	61.056.377,49	0,5%
Depósitos Não Judiciais	316.022.894,81	-	316.022.894,81	2,5%
Outros Valores Restituíveis	365.235.120,71	4.231.314,47	369.466.435,18	2,9%
Outras Obrigações	183.761.912,54	270.741.742,26	454.503.654,80	3,6%
Total	4.412.937.908,08	8.245.642.552,55	12.658.580.460,63	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

• **Depósitos Judiciais** - Observa-se que a maior representatividade do grupo Demais Obrigações está nos depósitos judiciais, tanto no curto prazo quanto no longo prazo com 90% do total, e correspondem ao previsto na Lei Complementar nº 151/2015. São valores relacionados a processos judiciais e administrativo, em andamentos, nos quais o Município é parte, que ficam depositados em contas oficiais para garantir que, ao final, as sentenças sejam cumpridas.

No curto prazo, estão registrados 30% do montante dos depósitos judiciais, que constituem o Fundo de Reserva, cujos recursos representam entradas compensatórias e estão registrados no Ativo e no Passivo Financeiro do Município. No longo prazo,

^{*} incluido valores intra

classificados no Passivo Permanente, estão registrados 70% do montante dos depósitos judiciais, que foram antecipados para o Município e têm destinação vinculada.

✓ Créditos de Levantamentos Judiciais - referem-se a créditos que somente serão reconhecidos como Receita Orçamentária após a identificação por parte da PGM/SMJ, conforme Nota Técnica Conjunta SF/DECON/DEFIN nº 01, de 29/02/2016, e apresenta um saldo de R\$ 331,3 milhões em 2019;

<u>Outras Obrigações a Curto Prazo e a Longo Prazo:</u> os valores mais expressivos destes subgrupos são as "Subvenções a Pagar", que se referem aos Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento (CID), que foram reclassificados do grupo "Outras Provisões" para o grupo "Outras Obrigações".

					em R\$
Outras Obrigações	Saldo em 2018	Débitos	Créditos	Saldo em 2019	% s/ Total
Outras Obrigações a Curto Prazo	19.014.662,22	381.742.414,94	535.630.915,35	172.903.162,63	<u>39,1</u> %
Subvenções a Pagar	-	21.079.342,30	147.873.692,30	126.794.350,00	73,3%
Indenizações e Restituições	-	753.513,42	17.704.723,40	16.951.209,98	9,8%
Demais Obrigações a Curto Prazo	-	-	16.205.160,91	16.205.160,91	9,4%
Termo de Compromisso a Pagar	90.716,98	2.660.429,14	13.939.640,08	11.369.927,92	6,6%
Indenizações e Restituições	2.277.968,39	301.911.051,94	301.160.756,42	1.527.672,87	0,9%
Suprimentos de Fundos a Pagar	-	19.200.134,91	19.254.975,86	54.840,95	0,0%
Consignações a Restituir aos Servidores	59.783,67	59.783,67	-	-	0,0%
Credores - Entidades e Agentes	941.702,93	11.434.258,56	10.492.555,63	-	0,0%
Recursos Especiais a Liberar	15.644.490,25	24.640.900,80	8.996.410,55	-	0,0%
Credores - Entidades e Agentes	-	3.000,20	3.000,20	-	0,0%
Outras Obrigações a Longo Prazo	22.185,70	1.890.118,96	271.550.793,96	269.682.860,70	<u>100,0</u> %
Subvenções Econômicas a Pagar	-	1.890.118,96	271.550.793,96	269.660.675,00	100,0%
Outros Credores Municipais	22.185,70	-	-	22.185,70	0,0%
Total	19.036.847,92	383.632.533,90	807.181.709,31	442.586.023,33	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Os Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento (CID) foram instituídos pela Lei nº 15.413, de 20 de julho de 2011 e regulamentados pelo Decreto nº 52.871, de 22 de dezembro de 2011, com validade de dez anos e com possibilidade de serem utilizados pelo investidor ou pelo terceiro adquirente dos certificados para pagamento de IPTU e de ISS, exceto de ISS retido na fonte.

Tendo em vista a publicação do Relatório de Conclusão, documento SEI nº 012161809, do Grupo de Trabalho sobre Renúncia de Receitas, apresentado no processo SEI nº 6017.2018/0069423-6, que classificou o CID (Certificado de Incentivo ao Desenvolvimento) como Benefício Financeiro, correspondente à "soma dos desembolsos decorrentes de eventuais equalizações de juros e preços, bem como dos saldos de obrigações do Tesouro Municipal (como, por exemplo, aquelas decorrentes da emissão de certificados de incentivo fiscal, passíveis de utilização para quitação total ou parcial de créditos tributários)", com base na Informação nº 0152/2018 - PGM-AJC, no anexo III, do Relatório de Conclusão, documento SEI nº

012161809, aproximando-o ao conceito de subvenção, entendeu-se que tal gasto e as atualizações monetárias dele decorrentes deveriam ser contabilizados como subvenção econômica e não como outros serviços de terceiros - pessoa jurídica.

Adicionalmente, com base na Lei nº 15.413, de 20 de julho de 2011 e no Decreto nº 52.871, de 22 de dezembro de 2011, entendeu-se que o direito líquido e certo, por parte do investidor, à subvenção econômica (fato gerador da obrigação) sob a ótica patrimonial, surgiu nas emissões pela Prefeitura do Município de São Paulo dos Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento (CID), as quais estavam atreladas aos empenhos nº 37.226/2013, nº 95.299/2013 e nº 99.163/2013, totalizando o valor de R\$ 440,3 milhões os quais suportavam orçamentariamente a subvenção concedida, conforme disposição legal (Lei nº 15.413/2011: "Art. 5º. Os Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento poderão ser emitidos pela conclusão de etapas constantes do projeto aprovado, observado o limite das dotações orçamentárias consignadas na lei orçamentária do ano da emissão dos certificados, podendo o valor total do incentivo ser fracionado em diversos certificados, com valor mínimo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) cada um.").

O fato de tais empenhos não terem sido liquidados e terem sido cancelados em 2013, não extinguiu a obrigação efetiva do ente público, e o fato da data do resgate não poder ser precisada com segurança, uma vez que o CID tem validade de dez anos, não significa que o passivo é de prazo incerto, pois o CID pode ser resgatado a qualquer tempo, a partir de sua emissão, dentro de dez anos.

Sendo assim, no exercício de 2019 reclassificou-se o saldo a pagar referente aos Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento (CID) concedidos para a construção do estádio do Corinthians na zona leste de São Paulo, do grupo "Outras Provisões" para o grupo "Outras Obrigações – Subvenções Econômicas a Pagar" por se tratar de obrigação presente com saída certa de recursos e não provável, como as provisões para riscos trabalhistas (que dependem do trânsito em julgado para a ocorrência do fato gerador).

							em R\$
Certificado de Incentivo ao Desenvolvimento (CID) Arena Fundo de Investimento Mobiliário - FII	Saldo em 2018	Atualização Monetária	Utilização	Reclassificação	Ajuste Contábil	Saldo em 2019	% s/ Total
Curto Prazo	121.477.159,17	5.140.900,07	(44.989.595,00)	45.003.375,76	162.510,00	126.794.350,00	4,4%
Longo Prazo	303.321.728,44	11.482.942,86	-	(45.003.375,76)	(140.620,54)	269.660.675,00	-11,1%
Total	424.798.887,61	16.623.842,93	(44.989.595,00)		21.889,46	396.455.025,00	-6,7%
Quantidade	6.519		(662)		(2)	5.855	

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

No exercício de 2019 foram fruídos 662 CID totalizando R\$ 44,9 milhões, restando em estoque 5.855 unidades, no valor atualizado de R\$ 396,4 milhões. Cabe ressaltar que no exercício de 2019 efetuaram-se ajustes no estoque de CID, em função de divergências identificadas, decorrentes de fragilidades de controle desde o início da vigência. No mês de

março foram acrescidos seis certificados ao estoque e no mês de outubro foram baixados oito certificados, o que gerou um ajuste contábil líquido de R\$ 21,88 mil, em função da data de emissão dos certificados.

Nota 18 - Patrimônio Líquido/ Passivo a Descoberto

Em 2019, o Passivo a Descoberto apresentou uma diminuição de 9,8% em relação a 2018, refletindo positivamente em R\$ 12,01 bilhões no total deste grupo. Abaixo, destacam-se as seguintes movimentações ocorridas neste exercício:

				em R\$
Passivo a Descoberto	Exercício 2019	Exercício 2018	Variação %	%s/Total
Patrimônio Social e Capital Social	898.694.716,14	756.901.559,14	18,7%	-0,8%
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	591.100.686,93	732.893.843,93	-19,3%	-0,5%
Demais Reservas	141.161.383,13	141.160.783,35	0,0%	-0,1%
Resultados Acumulados	(111.891.922.476,50)	(123.911.017.232,93)	-9,7%	101,5%
Total	(110.260.965.690,30)	(122.280.061.046,51)	-9,8%	91,5%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Nota 19 - Resultados Acumulados

A composição dos Resultados Acumulados é apresentada conforme tabela abaixo:

				emra
Resultados Acumulados	Exercício 2019	Exercício 2018	Variação	%s/Total
Resultado do Exercício	9.382.499.541,33	(28.796.392.546,86)	-132,6%	-8,5%
Resultado de Exercícios Anteriores	(123.911.017.232,93)	(101.296.948.865,41)	22,3%	112,4%
Ajustes de Exercícios Anteriores	2.636.595.215,10	6.182.324.179,34	-57,4%	-2,4%
Total	(111.891.922.476,50)	(123.911.017.232,93)	-9,7%	101,5%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

- Resultado do Exercício: Em 2019, o Município teve um resultado patrimonial consolidado superavitário de R\$ 9,38 bilhões, frente ao resultado deficitário de R\$ 28,79 bilhões em 2018, onde se destacam a redução das despesas com provisões e ajuste para perdas que impactaram neste resultado:
 - ✓ **IPREM** Diminuição da despesa de provisão Matemática Previdenciária (Deficit Atuarial) de R\$ 16,23 bilhões em 2018 para R\$ 657,70 milhões no exercício de 2019;
 - ✓ **PMSP** Diminuição da despesa com ajustes para perdas em Dívida Ativa Tributária no montante de R\$ 25,4 bilhões em 2018 para R\$ 6,28 bilhões no exercício de 2019.

 Ajustes de Exercícios Anteriores: No comparativo 2018-2019 houve diminuição de 57,4% no saldo deste grupo, no quadro abaixo, segue demonstrado os saldos e movimentações de AJEA por Órgão;

			em R\$
Ajuste de Exercicios Anteriores	Saldo Inicial	Movimentação	Saldo Final
Administração Direta	6.192.799.469,96	(5.400.343.252,33)	792.456.217,63
PMSP	6.068.083.479,90	(5.724.860.941,12)	343.222.538,78
CMSP	132.427.356,68	(146.697.282,68)	(14.269.926,00)
TCMSP	(7.711.366,62)	471.214.971,47	463.503.604,85
FECAM	-	=	=
FETCM	-	=	=
Administração Indireta	(10.475.290,62)	1.854.614.288,09	1.844.138.997,47
HSPM	-	(12.070,80)	(12.070,80)
IPREM	-	-	-
SFMSP	(102.212,63)	25.859.123,09	25.756.910,46
AHM	10.526.316,38	(10.254.626,31)	271.690,07
AMLURB	14.168.003,19	1.800.352.667,15	1.814.520.670,34
FUNDATEC	1.139,45	(1.139,45)	-
THEATRO	-	=	=
FMH	(13.591.516,61)	8.679.518,67	(4.911.997,94)
COHAB	(21.477.020,40)	29.990.815,74	8.513.795,34
Total	6.182.324.179,34	(3.545.728.964,24)	2.636.595.215,10

Em 2019, podemos citar como principais registros em AJEA:

✓ TCM: Registro dos imóveis utilizados pelo TCMSP, em atendimento Portaria STN nº 548/2015, conforme avaliação TC/001072/2019, no valor de R\$ 467,25 milhões credor;

✓ PMSP:

- Atualização do investimento pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP) relativo ao exercício de 2018, no valor total de 15,94 milhões credor e ajuste contábil referente ao recebimento de dividendos de exercícios anteriores oriundos da SPDA conforme a DRD nº 6417/2019, no valor de R\$ 6,7 milhões credor;
- Valores de baixa de precatórios referente ajuste de períodos anteriores, evidenciado em Processo SEI nº 6021.2018/0007157-5, no valor líquido de R\$ 2,59 bilhões credor;
- Transposição de Saldo de Resultado do Exercício para Resultado de Exercícios Anteriores, no valor de 6,2 bilhões devedor;
- Registro extemporâneo das obrigações por competência, no valor de R\$ 281,96
 milhões devedor;

Nota 20 - Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes (Lei nº 4.320/1964)

Este quadro visa apresentar o Balanço Patrimonial conforme estabelecido no art. 105 da Lei 4.320/1964, segregado em ativos e passivos financeiros e permanentes²:

					em R\$
Ativo (I)	Exercício 2019	Exercício 2018	Passivo (II)	Exercício 2019	Exercício 2018
Ativo Financeiro	17.669.719.702	12.041.136.395	Passivo Financeiro	8.678.411.112	6.913.934.139
Ativo Permanente	95.569.429.635	89.283.517.605	Passivo Permanente	218.374.676.498	219.005.423.400
Total do Ativo	113.239.149.337	101.324.654.000	Total do Passivo	227.053.087.609	225.919.357.539
	Saldo Patrim	(113.813.938.272)	(124.594.703.539)		

Por este quadro, é possível apurar o superavit financeiro de R\$ 8,99 bilhões, resultante da equação: Ativos Financeiros de R\$ 17,66 bilhões deduzidos dos Passivos Financeiros de R\$ 8,67 bilhões, o qual é fonte para abertura de créditos adicionais no orçamento público do exercício seguinte. A seguir, detalhamos por empresa o superavit financeiro apurado em 2019:

Administra	nistração Direta			Administra	Administração Indireta		Conso	lidado
PMSP	D¢Ω	R\$ 8.570.425.913		HSPM	R\$	32.751.928		
FIVOF	ΙζΦΟ	.570.425.915		IPREM	R\$	77.040.522		
				SFMSP	R\$	48.005.835		
CMSP - FECAM	R\$	D. 00.004.004	AHM	R\$	50.143.881			
CIVISF - FECAIVI	R\$ 38.034.984	AMLURB	R\$	42.218.574	Superavit Financeiro do	R\$ 8.991.308.590		
			_	FUNDATEC	R\$	1.657.938	 Período	K\$ 6.991.306.590
TCMSP - FETCM	R\$	9.302.223		THEATRO	R\$	753.043		
TOWSP - PETCIVI	CMSP - FETCM R\$ 9.302.2	9.302.223		FMH	R\$	12.546.557		
				COHAB	R\$	108.427.193		
Total	R\$ 8	.617.763.120		Total	R\$	373.545.470		

Nota 21 - Quadro das Contas de Compensação (Lei nº 4.320/1964)

As contas de compensação representam os atos potenciais ativos e passivos, e apresentam a seguinte estrutura:

		emR\$		
	Atos Potenciais Ativos			
Descrição	Exercício 2019	Exercício 2018		
Garantias e Contragarantias Recebidas	3.538.396.476,36	2.710.783.135,80		
Direitos Conveniados e Outros Instr. Congêneres		-		
Direitos Contratuais		-		
Outros Atos Potenciais Ativos	21.420.388.376,89	19.793.883.872,49		
Total	24.958.784.853,25	22.504.667.008,29		

² Ativo Financeiro: compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários. Ativo Permanente: compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Passivo Financeiro: compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária. Passivo Permanente: compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

	Atos Potenciais Passivos			
Descrição	Exercício 2019	Exercício 2018		
Garantias e Contragarantias Concedidas	79.931.247,75	32.469.882.429,28		
Obrigações Conveniadas e Outros Instr. Congêneres		-		
Obrigações Contratuais	31.897.195.506,25	27.884.933.488,28		
Outros Atos Potenciais Passivos	1.128.296.933,29	1.149.330.200,00		
Total	33.105.423.687,29	61.504.146.117,56		

São atos potenciais aqueles que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, por exemplo: direitos e obrigações conveniadas ou contratadas, responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros, garantias e contragarantias recebidas e concedidas.

Atos potenciais ativos compreendem aqueles que podem vir a afetar positivamente o patrimônio. Atos potenciais passivos compreendem aqueles que podem vir a afetar negativamente o patrimônio.

Do total dos atos potenciais passivos, o valor mais significativo registrado no Balanço de 2018, aproximadamente 53% correspondeu a garantias e contragarantias concedidas.

Após análise conjunta entre DICON e Tribunal de Contas, alcançou-se o entendimento de que os valores registrados em contragarantias estavam provocando evidenciação equivocada, ou seja, em duplicidade, uma vez que a Dívida Fundada está contabilizada no Passivo, o que significa que já afetou patrimonialmente o ente.

Analisando também os registros referentes às operações de crédito, verificou-se que os mesmos não estavam escriturados de acordo com o PCASP, o que configurava distorção nas contas de compensação.

Em novembro de 2019, houve baixa integral dos saldos das contragarantias e reclassificação dos valores referentes às operações de crédito, para melhor enquadramento ao PCASP e MCASP.

Nota 22 - Quadro do Superavit/Deficit Financeiro (Lei nº 4.320/1964)

Este quadro tem por objetivo demonstrar o superavit ou deficit financeiro por fonte e destinação de recursos, classificadas em vinculadas ou ordinárias, em atendimento aos art. 8° e 50 da Lei 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Superavit financeiro corresponde à diferença positiva entre ativo financeiro e passivo financeiro; deficit financeiro corresponde à diferença negativa entre o ativo financeiro e passivo financeiro.

A tabela e o gráfico que seguem demonstram a composição do superavit financeiro de 2019:

				em R\$
Superavit Financeiro por Fonte de Recursos	Exercício 2019	Exercício 2018	Variação	%s/Total
Ordinária	3.020.169.703,49	859.178.367,31	251,5%	33,6%
Vinculada	5.971.138.886,80	4.268.023.888,55	39,9%	66,4%
Operações de Crédito	299.243.678,50	48.165.379,28	521,3%	3,3%
Transferências Federais	527.349.572,60	827.712.035,38	-36,3%	5,9%
Transferências Estaduais	176.500.850,82	182.631.425,93	-3,4%	2,0%
Fundo Constitucional de Educação	143.522.979,32	195.314.302,55	-26,5%	1,6%
Outras Fontes	335.189.929,96	326.948.657,10	2,5%	3,7%
Tesouro Municipal - Recurso Vinculado	4.284.438.688,74	2.518.192.430,33	70,1%	47,7%
Alienação de Bens Ativos	20.802.440,84	339.508,77	0,0%	0,2%
Depósitos Judiciais	160.243.118,32	168.720.149,21	0,0%	1,8%
Recursos Extraorçamentários	23.847.627,70	-	0,0%	0,3%
Total	8.991.308.590,29	5.127.202.255,86	75,4%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

2.7 Demonstração das Variações Patrimoniais

Nota 1 - Impostos

Do total de variações patrimoniais aumentativas do grupo de impostos, os itens de maior influência no resultado de 2019 foram o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN e o Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial - IPTU, que correspondem a 51,23% e 33,37% do total deste grupo, respectivamente.

Nota 2 - Taxas

No comparativo 2018-2019, houve aumento de 86,74%, no valor de R\$ 326 milhões, do qual podemos citar: TFE (Taxa de Fiscalização de Estabelecimento, aumento de arrecadação de R\$ 233 milhões e TRSS (Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde), aumento de arrecadação de 72 milhões.

Nota 3 - Contribuições Sociais

As Contribuições Sociais são compostas pelas contribuições patronais e de servidores ativos e inativos, da administração direta e indireta, bem como de pensionistas ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) da PMSP.

Nota 4 - Juros e Encargos de Mora

O item de maior relevância dentre os juros e encargos de mora, representa aproximadamente 85,28% do total do grupo e corresponde às Multas e Juros da Dívida Ativa Tributária.

Nota 5 - Transferências Intragovernamentais

As transferências intragovernamentais têm seu saldo composto por repasses recebidos pelas entidades da administração indireta para execução orçamentária, incluídos recursos

referentes a aportes ao RPPS e representam 48,13% e 51,57% respectivamente, do total do grupo.

Nota 6 - Transferências Intergovernamentais

As transferências intergovernamentais têm seu saldo composto, principalmente, pelas seguintes transferências: Transferências de Recursos do SUS (12,04%); Transferências do FUNDEB (22,38%); Cota Parte do ICMS (40,43%) e Cota Parte do IPVA (13,86%).

Nota 7 - Ganhos com Alienação

Em 2019, houve Ganhos com Alienação de Bens Dominicais no valor de R\$ 2,16 milhões, correspondente ao reconhecimento de recebível da alienação do imóvel municipal situado na Rua João Burjakian (Lei nº 16.996/2018), conforme informações constantes no SEI nº 6017.2019/0065758-8 (023895628). O valor inicial de venda do imóvel foi de R\$ 19.615.000,00 e consta na proposta (SEI 023894639), bem como foi adjudicado/homologado (SEI 023893981). O valor total da venda foi de R\$ 19.646.684,11 (incluindo o valor da caução de R\$ 980.578,55 e a atualização monetária de R\$ 31.684,11 na data da emissão da guia mediante cálculo SEI 023895628). O ganho apurado nesta alienação foi de R\$ 2.168.827,11.

Houve, também, Ganhos com a Alienação de Bens Móveis no valor de R\$ 1,02 bilhão decorrente do 1º leilão da 5ª distribuição dos CEPAC Faria Lima, ocorrido em 05/12/2019, conforme informação SEI (024975524) do processo SEI nº 6017.2017/0041609-9.

Nota 8 - Ganhos com Incorporação de Ativos

No comparativo 2018-2019, o grupo Ganhos com Incorporação de Ativos teve aumento de 111,47%, sendo que as contas com saldos mais relevantes no grupo "Ganhos com Incorporação de Ativos em 2019 são demonstradas no quadro abaixo:

		em R\$
Ganhos com incorporação de Ativos	Exercício 2019	%s/ Total
Créditos a Receber	8.111.068,54	4,3%
Incorp. de Outros Direitos	179.523.943,39	95,7%
Total	187.635.011,93	100,0%

Nota 9 - Ganhos com Desincorporação de Passivos

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

No comparativo 2018-2019, o grupo Ganhos com Desincorporação de Passivo resultou em diminuição de 85,23%, sendo que as contas com saldos mais relevantes no grupo Ganhos com Desincorporação de Passivos em 2019 são demonstradas no quadro abaixo:

		em R\$
Ganhos com Desincorporação de Passivos	Exercício 2019	%s/Total
Cancelamento de Dívidas Passivas	(30.000,10)	0,0%
Cancelamento - Deságio Acordo TJSP - EC 62/2009	(451.580.371,14)	70,7%
Baixa - Pagamento TJSP - EC 62/2009	(58.348.742,70)	9,1%
Depósitos Judiciais - Lei Complementar 151/2015	-	0,0%
Cancelamento de Restos	(116.281.567,52)	18,2%
Outras Desincorporações	(12.330.905,14)	1,9%
Total	(638.571.586,60)	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Nota 10 - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

As contas com saldos mais relevantes no grupo Outras Variações Patrimoniais Aumentativas são as que seguem:

		em R\$
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	Exercício 2019	%s/Total
Multas de Trânsito	2.798.283.742,02	50,1%
Receita da Dívida Ativa	515.475.807,99	9,2%
Outorga Onerosa FUNDURB	741.432.454,42	13,3%
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	408.252.779,97	7,3%
Demais Multas	303.049.092,63	5,4%
Resultado Positivo Equivalência Patrimonial	117.440.566,13	2,1%
Indenizações e Restituições	69.139.951,29	1,2%
Demais Contas	629.743.813,40	11,3%
Total	5.582.818.207,85	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Nota 11 - Remuneração a Pessoal

No exercício de 2019, a remuneração com vencimentos e salários do pessoal ativo foi de R\$ 13,12 bilhões, o que representa, aproximadamente, 78,59% do total das VPD com Pessoal e Encargos.

Nota 12 - Aposentadorias e Reformas

Correspondem aos pagamentos efetuados aos aposentados da administração direta e indireta, sob o Regime Próprio de Previdência Social da PMSP e representaram, aproximadamente, 91,61% do total de benefícios previdenciários e assistenciais.

Nota 13 - Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais

No comparativo 2018-2019, os valores registrados neste grupo diminuíram 64,13% e englobam benefícios como: Auxílio Funeral, Salário Família e Auxílio Doença.

Nota 14 - Serviços

Essas VPD representam um expressivo valor no gasto público do Município, pois correspondem aos serviços que mantêm em funcionamento atividades primordiais para os munícipes e também para a administração pública. Dentre os gastos com serviços, destacaram-se os serviços pagos a pessoas jurídicas, conforme abaixo:

		em R\$
Serviços de Terceiros - PJ	Exercício 2019	%s/ Total
Serviços Urbanos	2.965.194.649,55	23,8%
Outros Serviços de Terceiros	1.485.418.908,62	11,9%
Obras e Instalações	1.301.972.919,59	10,5%
Serviços Médicos Hospitalres	1.199.654.197,01	9,6%
Serviço de Limpeza e Conservação	539.048.228,61	4,3%
Serviço de Vigilância Ostensiva e Monitorada	438.201.649,79	3,5%
Serviços de Água e Esgoto, Energia Elétrica e Outros	577.882.139,47	4,6%
Serviços Técnicos Profissionais	497.371.710,95	4,0%
Serviço de Alimentação	475.830.767,19	3,8%
Sentenças Judiciais	464.005.853,97	3,7%
Manutenção e Conservação	432.367.915,55	3,5%
Serviços Relacionados a TI	364.759.240,87	2,9%
Demais	1.694.385.973,22	13,6%
Total	12.436.094.154,39	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

Nota 15 - Juros e Encargos de Mora

No comparativo 2018-2019, houve diminuição de 68,44% de juros e encargos de mora decorrentes de contratos de aquisição de bens e serviços e obrigações tributárias.

Nota 16 - Transferências Intragovernamentais

As transferências intragovernamentais correspondem, em sua maioria, aos repasses concedidos às entidades da administração indireta para execução orçamentária, inclusive, para aporte de recursos ao RPPS que corresponde a 51,65% das transferências Intragovernamentais.

Nota 17 - Transferências Intergovernamentais

O valor registrado neste grupo refere-se a transferências voluntárias realizadas pelo Município (aproximadamente, 58,94%) e transferências ao FUNDEB (aproximadamente, 41,03%).

Nota 18 - Transferências a Instituições Privadas

Neste este grupo, destacam-se as VPD referentes a transferências a instituições privadas sem fins lucrativos destinadas a Subvenções Sociais, aproximadamente, 98,75% do grupo.

Nota 19 - Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas

Neste grupo, destaca-se o ajuste para perdas referente à dívida ativa realizado de acordo com a metodologia proposta pelo GT instituído pela Portaria Conjunta SF/SNJ 1/2014 (aproximadamente, 89,98% do total do grupo).

Nota 20 - Perdas Involuntárias

No comparativo 2018-2019, houve aumento de 251,67%, de VPD de Perdas involuntárias aproximadamente R\$ 52,5 milhões, em decorrência do trabalho de classificação de bens móveis adquiridos entre 2002 e 2015 que estavam pendentes de classificação conforme normas convergidas e mensuração a valor justo, os motivos das perdas foram: de imprestabilidade (36%), obsolescência (3,15%), outros motivos (58%) e furtos (2%) de bens móveis.

Nota 21 - Desincorporação de Ativos

Neste grupo, destacamos as desincorporações referentes a Dívida Ativa Tributária, como o cancelamento no valor de R\$ 2,6 bilhões e a anistia no valor de R\$ 687,5 milhões.

Nota 22 - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

As contas com saldos mais relevantes no grupo Outras Variações Patrimoniais Diminutivas são as que seguem:

		em R\$
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	Exercício 2019	%s/Total
Provisões Matemáticas Previdenciárias	657.704.241,17	38,0%
Resultado Negativo Equivalência Patrimonial	308.986.268,12	17,9%
Indenizações e Restituições	309.167.492,88	17,9%
Bens Imóveis a Classificar	221.819.878,16	12,8%
Outros Incentivos	164.206.255,05	9,5%
Demais Contas	67.857.300,13	3,9%
Total	1.729.741.435,51	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

2.8 Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido

As mutações ocorridas no exercício de 2019 são decorrentes de:

Nota 1 - Resultado do Exercício Superavitário

O resultado patrimonial consolidado do período no montante de R\$ 9,38 bilhões segue detalhado na tabela abaixo:

					em R\$
Admir	nistração Direta	Admini	istração Indireta	Co	nsolidado
PMSP	9.760.752.472,85	HSPM	41.126.442,73		
CMSP	(13.450.051,04)	IPREM	(812.389.482,67)		
TCMSP	(1.174.204,95)	SFMSP	68.610.506,51		
FECAM	3.167.970,41	AHM	8.463.726,63		
FETCM	166.613,75	AMLURB	376.198.880,80	Resultado Patrimonial	9.382.499.541.33
		FUNDATEC	1.212.656,03	(Deficit)	3.302.433.341,33
		THEATRO	12.189.020,08	(
		FMH	(133.728.300,54)		
		COHAB	71.353.290,74		
Total	9.749.462.801,02	Total	(366.963.259,69)		

Analisando o deficit apurado, verifica-se que a administração direta apresentou resultado positivo de R\$ 9,74 bilhões e a administração indireta um resultado negativo de R\$ 366,9 milhões. O resultado patrimonial superavitário consolidado teve como principais motivos:

- ✓ **IPREM** Diminuição da despesa de provisão Matemática Previdenciária (Déficit Atuarial) de R\$ 16,23 bilhões em 2018 para R\$ 657,70 milhões no exercício de 2019;
- ✓ **PMSP** Diminuição da despesa com ajustes para perdas em Dívida Ativa Tributária no montante de R\$ 25,4 bilhões em 2018 para R\$ 6,28 bilhões no exercício de 2019.

Nota 2 - Aumento Capital

- Capital Social Houve registro extemporâneo da integralização de capital social no valor de R\$ 141,79 milhões, na empresa COHAB através da conversão de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (PL), aprovado através da AGE (Assembleia Geral Extraordinária) nº 128 de 15/06/2016.
- Adiantamento para Futuro Aumento de Capital Conforme descrito no item anterior, a diminuição da conta AFAC (Adiantamento para Futuro Aumento de Capital) deve-se pela conversão do adiantamento para Capital Social integralizado na empresa dependente COHAB. Atualmente o valor constante nesta conta R\$ 591,1 milhões pertencente ao Fundo Municipal da Habitação, vinculado à empresa COHAB.

Nota 3 - Ajustes de Exercícios Anteriores - AJEA

Os detalhamentos deste item constaram, anteriormente, na Nota Explicativa nº 19 do Balanço Patrimonial.

2.9 Balanço Financeiro

Nota 1-A - Desvinculação da Receita

Com a aprovação da Emenda Constitucional nº 93/2016, que acrescentou o artigo 76-B ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), ficou estabelecida a desvinculação

de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, de 30% (trinta por cento) das receitas dos municípios relativas a impostos, taxas e multas, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais, e outras receitas correntes.

A referida EC estabelece também as exceções à regra de desvinculação: recursos destinados ao financiamento das ações e serviços públicos de saúde e à manutenção e desenvolvimento do ensino de que tratam, respectivamente, os incisos II e III do § 2º do art. 198 e o art. 212 da Constituição Federal; receitas de contribuições previdenciárias e de assistência à saúde dos servidores; transferências obrigatórias e voluntárias entre entes da Federação com destinação especificada em lei; fundos instituídos pelo Tribunal de Contas do Município.

A regulamentação da desvinculação da receita na Prefeitura do Município de São Paulo iniciou-se no exercício de 2016, por meio do Decreto nº 57.380/2016 e alterações, que estabeleceram as normas complementares e os procedimentos correspondentes.

Em 2019, as Desvinculações de Receitas na PMSP totalizaram R\$ 543,2 milhões e foram oficializadas através de:

- Portaria SF nº 217, de 06 de agosto de 2019, desvinculando o montante de R\$ 328,8 milhões referentes aos valores arrecadados até 30/06/2019;
- Portaria SF nº 25, de 20 de janeiro de 2020, desvinculando o montante de R\$ 214,4 milhões referentes aos valores arrecadados até 31/12/2019.

Nota 1-B - Receita Líquida por Fonte de Recurso

No Balanço Financeiro as receitas orçamentárias são apresentadas líquidas de deduções. Dessa forma, apresentamos o quadro abaixo, com o detalhamento das receitas brutas, das deduções da receita orçamentária por fonte de recursos, das desvinculações e das receitas líquidas:

Receita Orçamentária	Receita Bruta	Deduções	Desvinculação (DE)	Desvinculação (PARA)	Receita Líquida
Ordinária	50.290.892.825,24	(2.447.866.972,49)	-	543.168.788,69	48.386.194.641,44
Tesouro Municipal	45.656.150.151,81	(2.447.866.972,49)	-	543.168.788,69	43.751.451.968,01
Recursos Próprios da Administração Indireta	4.590.599.116,57	-		-	4.590.599.116,57
Recursos Próprios da Administração Dependente	44.143.556,86	-		-	44.143.556,86
Vinculada	15.511.173.150,91	(637.216.803,32)	(543.168.788,69)	-	14.330.787.558,90
Operações de Crédito	296.172.949,82	-		-	296.172.949,82
Transferências Federais	3.140.758.074,03	(223.264,03)		-	3.140.534.810,00
Transferências Estaduais	648.141.438,53	(223.827,64)		-	647.917.610,89
Fundo Constitucional da Educação	4.667.796.189,67	-		-	4.667.796.189,67
Outras Fontes	55.133.667,70	-	(10.586.194,04)	-	44.547.473,66
Tesouro Municipal - Recursos Vinculados	5.454.781.257,56	(87.170.990,82)	(532.582.594,65)	-	4.835.027.672,09
Alienação de Bens/ Ativos	48.948.461,75	(18.666.105,56)		-	30.282.356,19
Depósitos Judiciais	1.199.441.111,85	(530.932.615,27)		-	668.508.496,58
Total	65.802.065.976,15	(3.085.083.775,81)	(543.168.788,69)	543.168.788,69	62.716.982.200,34

Nota 1-C - Despesa por Fonte de Recursos

Na execução da Despesa por Fonte de Recursos em 2019, comparado ao exercício de 2018, houve um aumento de 9,7% no total, onde destaca-se o aumento de 77,6% na Fonte Ordinária, sendo possível visualização das variações no quadro que segue:

				em R\$
Despesa Orçamentária	Exercício 2019	Exercício 2018	Variação	%s/Total
Ordinária	46.098.054.384,25	43.199.665.655,41	6,7%	77,6%
Tesouro Municipal	41.513.142.054,60	39.559.519.504,36	4,9%	69,9%
Recursos Próprios da Administração Indireta	4.521.834.274,15	3.599.269.769,14	25,6%	7,6%
Recursos Próprios da Empresa Dependente	63.078.055,50	40.876.381,91	54,3%	0,1%
Vinculada	13.291.369.889,52	10.957.476.080,26	21,3%	22,4%
Operações de Crédito	62.087.606,45	122.428.308,48	-49,3%	0,1%
Transferências Federais	3.559.923.561,22	2.884.730.030,60	23,4%	6,0%
Transferências Estaduais	687.486.589,34	525.317.460,71	30,9%	1,2%
Fundo Constitucional de Educação	4.720.416.218,80	3.905.521.542,24	20,9%	7,9%
Outras Fontes	75.548.459,65	69.769.786,47	8,3%	0,1%
Tesouro Municipal - Recurso Vinculado	3.331.540.529,93	2.494.046.042,71	33,6%	5,6%
Alienação de Bens Ativos	9.819.424,13	15.000.000,00	0,0%	0,0%
Depósitos Judiciais	844.547.500,00	940.662.909,05	0,0%	1,4%
Total	59.389.424.273,77	54.157.141.735,67	9,7%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Nota 2 - Transferências Financeiras

As Transferências Financeiras refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta, e podem ser orçamentárias ou extraorçamentárias.

Em 2019, o montante de Transferências Recebidas e Concedidas foi de R\$ 10,56 bilhões, com destaque aos Aportes de Recursos para o RPPS que totalizaram R\$ 5,47 bilhões, conforme demonstrado no quadro a seguir:

					em R\$
Transferências Financeiras Recebidas	Para Execução Orçamentária	Independentes de Execução Orçamentária	Para Aportes de Recursos para o RPPS	Total	%s/ Total
Administração Direta	819.000.000,00	11.270.924,88	-	830.270.924,88	7,9%
Prefeitura do Município de São Paulo	-	11.270.924,88	-	11.270.924,88	0,1%
Câmara Municipal	562.000.000,00	-	-	562.000.000,00	5,3%
Tribunal de Contas do Município de São Paulo	257.000.000,00	-	-	257.000.000,00	2,4%
Administração Indireta	4.268.445.107,09	-	5.466.162.746,69	9.734.607.853,78	92,1%
Hospital do Servidor Público Municipal	319.683.440,84	-	-	319.683.440,84	3,0%
Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	-	-	5.466.162.746,69	5.466.162.746,69	51,7%
Serviço Funerário do Município de São Paulo	-	-	-	-	0,0%
Autarquia Hospitalar Municipal	1.560.606.553,21	-	-	1.560.606.553,21	14,8%
Autoridade Municipal de Limpeza Urbana/FMLU	2.173.974.604,60	-	-	2.173.974.604,60	20,6%
Fundação Paulistana de Educ. Tecn. e Cultura	19.922.671,23	-	-	19.922.671,23	0,2%
Companhia Metrop. de Habitação de São Paulo	66.234.374,99	-	-	66.234.374,99	0,6%
Fundação Theatro Municipal de São Paulo	121.447.269,00	-	-	121.447.269,00	1,1%
Fundo Municipal de Habitação - COHAB	6.576.193,22	-	-	6.576.193,22	0,1%
Total	5.087.445.107,09	11.270.924,88	5.466.162.746,69	10.564.878.778,66	100,0%
Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF					

					em R\$
Transferências Financeiras Concedidas	Para Execução Orçamentária	Independentes de Execução Orçamentária	Para Aportes de Recursos para o RPPS	Total	%s/ Total
Administração Direta	5.087.445.107,09	-	5.466.162.746,69	10.553.607.853,78	99,9%
Prefeitura do Município de São Paulo	5.087.445.107,09	-	5.466.162.746,69	10.553.607.853,78	99,9%
Câmara Municipal	-	-	-	-	0,0%
Tribunal de Contas do Município de São Paulo	-	-	-	-	0,0%
Administração Indireta	-	11.270.924,88	-	11.270.924,88	0,1%
Hospital do Servidor Público Municipal	-	-	-	-	0,0%
Instituto de Previdência Municipal de São Paulo	-	-	-	-	0,0%
Serviço Funerário do Município de São Paulo	-	-	-	-	0,0%
Autarquia Hospitalar Municipal	-	-	-	-	0,0%
Autoridade Municipal de Limpeza Urbana/FMLU	-	11.270.924,88	-	11.270.924,88	0,1%
Fundação Paulistana de Educ. Tecn. e Cultura	-	-	-	-	0,0%
Companhia Metrop. de Habitação de São Paulo	-	-	-	-	0,0%
Fundação Theatro Municipal de São Paulo	=	=	=	-	0,0%
Fundo Municipal de Habitação - COHAB	-	-	-	-	0,0%
Total	5.087.445.107,09	11.270.924,88	5.466.162.746,69	10.564.878.778,66	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Recebimentos Extraorçamentários – compreendem os ingressos não previstos no orçamento, como os ingressos de recursos relativos às fianças, cauções, consignações em folha, retenções e à inscrição de restos a pagar, dentre outros. Em 2019, totalizaram R\$ 31,4 bilhões, apresentando uma redução de 22,7%, se comparado ao exercício anterior, conforme demonstrado a seguir:

				em R\$
Recebimentos Extraorçamentários	Exercício 2019	Exercício 2018	Variação	%s/Total
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	3.525.789.932,10	2.324.206.013,36	51,7%	11,2%
Inscrição de Restos a Pagar Processados	248.009.212,70	430.104.650,84	-42,3%	0,8%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	5.339.524.319,92	4.986.303.663,31	7,1%	17,0%
Outros Recebimentos Extraorçamentários	22.327.286.191,43	32.951.717.233,61	-32,2%	71,0%
Total	31.440.609.656,15	40.692.331.561,12	-22,7%	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Nota 3 - Execução de Restos a Pagar

Dos recebimentos e pagamentos extraorçamentários ocorridos em 2019, observa-se um aumento de 37% na inscrição de restos a pagar e de 24,9% nos seus pagamentos, sendo possível visualizar essas variações em termos monetários e percentuais, no quadro que segue:

				em R\$
Descrição	Exercício 2019	Exercício 2018	Variação R\$	Variação %
Inscrição de Restos a Pagar	3.773.799.144,80	2.754.310.664,20	1.019.488.480,60	37,0%
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	3.525.789.932,10	2.324.206.013,36	1.201.583.918,74	51,7%
Inscrição de Restos a Pagar Processados	248.009.212,70	430.104.650,84	- 182.095.438,14	-42,3%
Pagamentos de Restos a Pagar	2.151.131.764,43	1.721.826.163,04	429.305.601,39	24,9%
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	1.705.479.484,46	1.405.247.351,92	300.232.132,54	21,4%
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	445.652.279,97	316.578.811,12	129.073.468,85	40,8%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

em R\$

170,7%

Destaca-se que quando da inscrição dos restos a pagar "não processados", o procedimento adotado no âmbito municipal, é permanecer neste status, não havendo transferência de status para "processados".

Nota 4 - Saldo do Exercício Anterior e Saldo para o Exercício Seguinte

Em 2019, o Balanço Financeiro apresenta um Saldo do Exercício Anterior de R\$ 11,8 bilhões e um Saldo para o Exercício Seguinte de R\$ 17,4 bilhões, demonstrando um aumento de R\$ 5,58 bilhões. A variação dos saldos referente aos exercícios de 2019 e 2018, estão apresentadas no quadro abaixo:

				СПТФ
Descrição	Exercício 2019	Exercício 2018	Variação R\$	Variação %
Saldo do Exercício Anterior	11.813.423.111,63	9.775.579.663,93	2.037.843.447,70	20,8%
Caixa e Equivalentes de Caixa	8.060.575.421,07	6.944.470.411,67	1.116.105.009,40	16,1%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	3.716.992.421,98	2.785.200.380,73	931.792.041,25	33,5%
Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS	35.855.268,58	45.908.871,53	- 10.053.602,95	-21,9%
Saldo para o Exercício Seguinte	17.401.478.734,64	11.813.423.111,63	5.588.055.623,01	47,3%
Caixa e Equivalentes de Caixa	13.228.220.413,60	8.060.575.421,07	5.167.644.992,53	64,1%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	4.076.211.520,09	3.716.992.421,98	359.219.098,11	9,7%

97.046.800,95

35.855.268,58

61.191.532,37

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Aplicações em Segmento de Renda Fixa - RPPS

Nota 5 - Caixa e Equivalentes de Caixa - Registro Contábil das Retenções

Os procedimentos referentes ao registro contábil das retenções efetuadas na PMSP são os seguintes: i) As retenções de naturezas orçamentárias são apropriadas no momento do pagamento ao credor; ii) As retenções de natureza extraorçamentária são reconhecidas no passivo no momento da liquidação da despesa e baixadas no pagamento da obrigação.

2.10 Demonstração do Fluxo de Caixa

Nota 1 - Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

A Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC da PMSP é elaborada pelo método direto e evidencia as movimentações ocorridas no caixa e seus equivalentes, através dos fluxos das atividades Operacionais, de Investimentos e de Financiamento.

Na composição dos Ingressos e Desembolsos das Atividades Operacionais temos como valores mais expressivos os grupos:

- Receitas Tributárias correspondem a 35% e Outros Ingressos Operacionais correspondem a 28% do total dos ingressos;
- Pessoal e demais despesas que correspondem a 58% do total. Estes desembolsos são classificados por Função, sendo os valores de maior representação classificados em: Previdência Social, Educação e Saúde.

Os valores registrados no Fluxo Operacional em "Outros Ingressos" e "Outros Desembolsos" correspondem a valores que não transitaram pelo orçamento, referindo-se a recebimentos e pagamentos extraorçamentários, assim como descrito no item 20 da IPC-08. Dentre estes valores destacam-se: valores restituíveis, consignações em folha de pagamento, depósitos judiciais, cauções.

Nota 2 - Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos

Na composição dos Ingressos e Desembolsos das Atividades de Investimentos temos como valores mais expressivos:

- Outros Ingressos de Investimentos que correspondem a 98% do total das entradas e;
- Aquisição de Ativo não Circulante que corresponde a 66% do total das saídas de caixa do exercício.

Para melhor evidenciação das entradas que compõem os Outros Ingressos das atividades de Investimento, podemos destacar:

- Operação Urbana Faria Lima (Alienação de Certificados de Potencial Adicional de Construção - CEPAC) no valor R\$ 1,58 bilhão, representando 51,7% do grupo;
- Outorga Onerosa do Plano Diretor no valor de R\$ 0,74 bilhão, representando aproximadamente 24% do grupo;
- Recursos de acordos Judiciais (Depósitos Judiciais LC 151/05) no valor de R\$ 0,67 bilhão, representando 21,7% do grupo.

Os desembolsos das Atividades de Investimentos com Aquisição de Ativo Não Circulante totalizaram R\$ 1,76 bilhão e estão apresentados a seguir:

			em R\$
Aquisição de Ativo não Ci	rculante	Valores Pagos	%
Despesas de Capital - Ex	ecução Orçamentária 2019	1.428.917.285,77	<u>81,1%</u>
Investimentos	Obras e Instalações	1.063.186.925,63	60,3%
Investimentos	Equipamentos e Material Permanente	110.586.723,76	6,3%
Investimentos	Aquisição de Imóveis	221.652.510,38	12,6%
Inversão Financeira	Constituição ou Aumento de Capital de Empresas	33.491.126,00	1,9%
Despesas de Capital - Re	stos a Pagar de 2018 - pagos em 2019	333.387.198,87	<u>18,9%</u>
Investimentos	Obras e Instalações	251.698.312,23	14,3%
Investimentos	Equipamentos e Material Permanente	81.521.518,86	4,6%
Investimentos	Aquisição de Imóveis	167.367,78	0,0%
Investimentos	Demais elementos	-	0,0%
Total		1.762.304.484,64	100,0%

Fonte: Sistema de Orçamento e Finanças - SOF

Nota 3 - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

Nos ingressos das atividades de Financiamento, as Transferências de Capital Recebidas totalizaram R\$ 599 milhões, com destaque para o Convênio PMSP X SABESP – FMSAI, cujo montante de transferência recebida totalizou R\$ 492,7 milhões.

Os desembolsos do Fluxo de Caixa das atividades de Financiamento referem-se na sua totalidade ao grupo Amortização/Refinanciamento da Dívida, totalizando R\$ 2,2 bilhões no exercício de 2019, com destaque para o Serviço da Dívida Pública Interna – Refinanciamento com montante de R\$ 1,9 bilhão, representando 88,5% do grupo.

Nota 4 - Caixa e Equivalente de Caixa Final

O saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa Final apresentou um aumento de 64,1% em relação ao ano anterior e, com base no Relatório de Gestão Fiscal – RGF, especificamente no Anexo 5 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar, seguem detalhados os saldos de Caixa e Equivalentes com as respectivas vinculações:

	em R\$
Destinação de Recursos	Disponibilidade de Caixa Bruta em 2019
Recursos Não Vinculados	5.766.950.075,65
Recursos Ordinários	5.682.274.126,35
Outros Recursos não Vinculados	84.675.949,30
Recursos Vinculados	7.558.317.138,90
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	-
Transferências do FUNDEB	194.881.463,32
Outros Recursos Vinculados à Educação	192.487.755,45
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	41.028.617,72
Outros Recursos Vinculados à Saúde	385.689.608,65
Recursos Vinculados à Assistência Social	277.062.493,58
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário	97.285.047,56
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro	-
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde)	331.178.987,96
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	20.772.481,41
Outras Recursos Vinculados	6.017.930.683,25
Total	13.325.267.214,55
(-) 1.1.4.0.0.00.00.00.000 - Investimentos e Aplicações Temp. a Curto Prazo (IPREM)	(97.046.800,95)
Total do Caixa e Equivalentes de Caixa	13.228.220.413,60
*Disponibilidade de Caixa Bruta é composta por: 12 450 609 225 11 - PMSP: 59 039 751 42 - HSPM:	97 285 047 56 - IPREM 52 767 319 41 - SEMSP

*Disponibilidade de Caixa Bruta é composta por: 12.450.609.225,11 - PMSP, 59.039.751,42 - HSPM; 97.285.047,56 - IPREM; 52.767.319,41 - SFMSP, 147.694.032,97 - AHM; 287.992.994,46 - AMLURB; 6.926.881,77 - FUNDATEC; 98.245.307,26 - COHAB; 21.555.540,22 - FDOCOHAB; 7.321.788,58 - THEATRO; 32.018.005,76 - CMSP; 37.957.231,64 - FDOCMSP; 15.875.833,37 - TCMSP; 9.978.255,02 - FDOTCM.

Fonte: RGF - Anexo 5 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar - 3º Quadri/2019 e Sistema de Orçamento e Finanças – SOF

3. Ações de Melhoria nos Processos e Sistema

Divulgamos abaixo algumas ações de melhorias nos processos e no sistema que este Departamento de Contadoria tem trabalhado para a contribuição e transparência das informações contábeis desta Municipalidade.

3.1 Matriz de Saldos Contábeis - MSC

A Portaria STN nº 896 de 31 de outubro de 2017 estabeleceu regras acerca da periodicidade, formato e sistema relativos à disponibilização das informações e dos dados contábeis, orçamentários e fiscais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Desde o exercício de 2018, a Prefeitura do Município de São Paulo envia ao SICONFI, mensalmente, seus dados por meio da MSC, cumprindo os prazos legais. Ademais, com a implantação do projeto de Conta Corrente Contábil, que está em andamento, serão atendidos os requisitos relacionados à segregação de Fontes de Recursos estabelecidas na MSC.

3.2 Projeto Conta Corrente Contábil

O projeto do Conta Corrente Contábil busca adequar o Sistema SOF às exigências da Secretaria do Tesouro Nacional relacionadas à segregação de Fontes de Recursos e às informações complementares exigidas pela Matriz de Saldos Contábeis, através da inclusão de atributos (informações complementares) no Plano de Contas Contábeis da PMSP (baseado no PCASP Estendido).

O projeto encontra-se na fase de estudo, levantamento dos requisitos e mapeamento das informações necessárias, objetivando elaboração do documento "Visão de Negócio". As etapas de desenvolvimento, os testes e homologação estão previstos para o primeiro semestre de 2022, e a previsão é que a funcionalidade seja implantada em produção em janeiro/2023.

4. Disposições Finais

No relatório do Balanço Geral de 2019 constam todas as informações relativas às análises da gestão patrimonial, financeira, orçamentária e fiscal desta Municipalidade, sendo as Notas Explicativas um complemento e suporte às informações anteriormente apresentadas.